



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento,
Aquicultura e Pesca

**RELATÓRIO
DE GESTÃO
2018
S E A G**

**VITÓRIA-ES
Dezembro/2018**



Governo do Estado do Espírito Santo

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
GOVERNADOR DO ESTADO

CÉSAR ROBERTO COLNAGHI
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ROBERTO FERREIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E
PESCA

ZACARIAS CARRARETTO
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA RURAL

MARCUS MENDES DE MAGALHÃES
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE AQUICULTURA E PESCA

HORÁCIO AUGUSTO MENDES DE SOUSA
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

JOÃO LUIZ MIOSSI
DIRETOR-PRESIDENTE DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO – CEASA/ES

NARA STHEFANIA TEDESCO MEDRADO ROCHA
DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – INCAPER

JOSÉ MARIA DE ABREU JÚNIOR
DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL
DO ESPÍRITO SANTO – IDAF

SUMÁRIO

PALAVRA DO SECRETÁRIO	04
A SEAG	06
MISSÃO, VISÃO E VALORES	08
1. PLANEJAMENTO E GESTÃO	09
1.1 PLANO GOVERNAMENTAL – ESPÍRITO SANTO 2030.....	09
1.2 PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CAPIXABA – PEDEAG 3.....	10
1.3 ESCRITÓRIO LOCAL DE PROJETOS E PROCESSOS – ELPP.....	12
1.4 UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO – UECI.....	18
1.5 GRUPO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – GAT.....	20
2. INOVAÇÃO	30
2.1 PROJETOS DO EDITAL +PESQUISA AGROCAPIXABA.....	30
2.2 PROGRAMA COZINHA CAPIXABA.....	33
2.3 POLÍTICA “MAIS FLORESTA PRODUTIVA”.....	38
3. SUSTENTABILIDADE	41
3.1 PROGRAMA ESTADUAL DE BARRAGENS PÚBLICAS.....	41
3.2 FUNDO SOCIAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR – FUNSAF.....	45
3.3 PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO.....	47
3.4 PROGRAMA CAMPO DIGITAL.....	51
3.5 PROGRAMA PONTES RURAIS.....	53
3.6 PROGRAMA CALÇAMENTO RURAL.....	56
3.7 PROGRAMA ENERGIA MAIS PRODUTIVA.....	57
3.8 AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AQUICULTURA E DA PESCA.....	59
3.9 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E EMPREENDEDORISMO RURAL	67
3.10 PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS – PROGESCOOP.....	70
3.11 LEI DA AGRICULTURA ORGÂNICA	73
3.12 ABERTURA DE NOVOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO: FEIRAS AGROECOLÓGICAS	74
3.13 RASTREABILIDADE DE PRODUTOS VEGETAIS	80
4. ENTREGAS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	85
FICHA TÉCNICA	86

PALAVRA DO SECRETÁRIO

O setor agrícola vem passando por transformações importantes em seus processos produtivos, muito relacionadas principalmente a fatores econômicos, sociais e ambientais. Nesse sentido, a SEAG vem buscando levar desenvolvimento para todo o Estado, principalmente para o interior do Espírito Santo, onde a agricultura tem forte presença. Com as contas em dia, está sendo possível realizar investimentos para melhorar a vida da população do campo. Se a gente abre a janela e olha para outros Estados vemos que ninguém consegue investir como o Espírito Santo está investindo.

O desafio exige que a SEAG esteja cada vez mais preparada para atuar neste ambiente de constantes mudanças, aperfeiçoando no mesmo sentido os seus processos de gestão. É necessário ajustar o foco para as novas vertentes, trabalhando uma abordagem centrada em inovação e sustentabilidade no meio rural. Os investimentos para potencializar a infraestrutura produtiva rural têm sido prioridade, com disponibilização de mais tecnologia para melhorar a comunicação no campo, por exemplo, com a instalação de novas torres de telefonia móvel e internet na área rural. A instalação de pontes de concreto, em substituição às antigas pontes de madeira, também está facilitando a vida dos moradores do campo, em seus deslocamentos diários e no transporte da produção agrícola.

A sustentabilidade na reservação e preservação da água e na ampliação da cobertura vegetal, principalmente com a construção de uma política de segurança hídrica que garanta água o ano todo para o produtor rural capixaba, faz parte de um ciclo de melhorias necessárias para fomentar a permanência do homem no campo. A construção de barragens, além de ajudar os municípios em período de seca, garante a água para os agricultores das regiões mais necessitadas no Estado.

As ações para melhoria das estradas rurais também permitem levar mais segurança e facilitar o escoamento da produção agrícola e a mobilidade de toda a população das comunidades rurais e das regiões do entorno, inclusive com o fornecimento de blocos intertravados e meio-fios para pavimentação dessas áreas

rurais em todo o Estado, em complemento ao Programa Caminhos do Campo. Além disso, a entrega de diversas máquinas e equipamentos agrícolas para uso coletivo, para reforçar a agricultura familiar no Espírito Santo, vem tornando possível um amplo desenvolvimento da agricultura no interior do Estado.

Os investimentos na pesquisa agropecuária também bateram recordes, com o lançamento do maior edital de pesquisa agropecuária da história do Espírito Santo. Estão sendo investidos R\$ 11,5 milhões em 90 projetos de pesquisa aplicada, ao longo de três anos, que estão subsidiando a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, a elevação da renda dos produtores, o adensamento dos arranjos produtivos, a conservação do solo e o uso racional da água.

Contudo, o grande marco de 2018 foi a sanção da lei que instituiu a Política Estadual de Produção Agroecológica e Orgânica, que tem o objetivo de regulamentar a produção deste segmento no Estado. O Projeto de Lei foi elaborado por um grupo de trabalho composto por membros de diversas instituições, entre elas, a SEAG. Esta Política é de suma importância, pois irá contribuir para o desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas com o uso sustentável dos recursos naturais e a oferta de alimentos saudáveis.

Assim sendo, este relatório de gestão retrata os principais esforços da SEAG em 2018 para executar as ações necessárias com os recursos disponíveis, valorizando o capital humano, a sustentabilidade, a tecnologia e a capacidade de inovar.

Paulo Roberto Ferreira

Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG

A SEAG

A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG – tem por finalidade planejar, promover, coordenar, orientar, estimular e regular as atividades agropecuárias, da pesca e da aquicultura, visando o desenvolvimento rural sustentável do Espírito Santo. É responsável pela promoção, coordenação e análise da execução de programas de desenvolvimento florestal e de preservação, conservação e recuperação de recursos naturais renováveis no âmbito do Estado, além das políticas de abastecimento, controle, fiscalização, defesa sanitária vegetal e defesa sanitária dos produtos de origem animal.

Com intuito de adequar-se ao atual cenário econômico, social e ambiental, focada no processo de gestão orientada para resultados e na otimização de recursos, a SEAG no início de 2018 decidiu alterar a sua estrutura organizacional (Figura 1), tornando-a mais alinhada aos objetivos estratégicos definidos e às necessidades do público-alvo. A nova estrutura também prevê uma maior integração entre as gerências, com a utilização de mecanismos de gestão mais eficientes.

Atualmente a SEAG conta com **três** Subsecretarias: a Subsecretaria para Assuntos Administrativos, a Subsecretaria de Aquicultura e Pesca e a Subsecretaria de Infraestrutura Rural; **sete** Gerências Técnicas: de Aquicultura, Pesca e Produção Animal (GAPPA), de Agroecologia e Produção Vegetal (GEAP), de Agricultura Familiar (GEAF), de Sustentabilidade (GESUST), de Pavimentação e Conservação de Estradas (GEPAV) e de Infraestrutura e Obras Rurais (GIOR); **quatro** Gerências de Apoio: Administrativa (GEAD), de Licitações, Contratos e Convênios (GELICC), de Planejamento, Orçamento e Finanças (GEPOF) e de Integração e Suporte Técnico (GISTE); e **uma** Gerência de Comunicação (GECOM), ligada diretamente à Direção Superior.

São três os órgãos vinculados à SEAG: Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/A (CEASA).

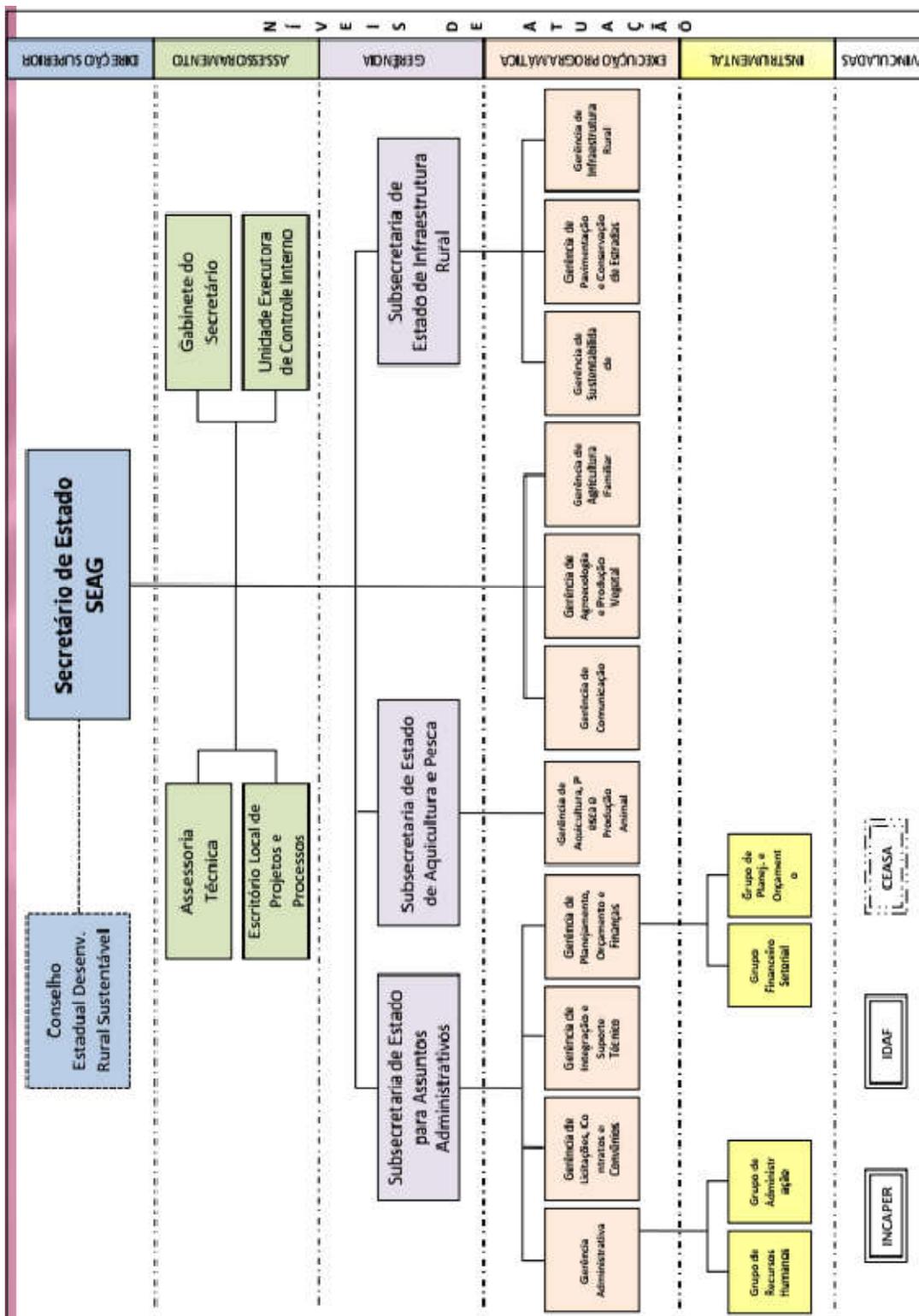


Figura 1: Estrutura da SEAG

MISSÃO

"Planejar, coordenar e promover o setor agropecuário, a pesca e a aquicultura no Espírito Santo, por meio de ações sustentáveis e inovadoras no seu foco de atuação e na instituição de políticas públicas, visando o desenvolvimento rural do Estado".

VISÃO

"Até 2030, o Estado do Espírito Santo será referência nacional em práticas agrícolas sustentáveis que possibilitem o aumento da produção e da produtividade com qualidade e agregação de valor aos produtos, concomitantemente com a recuperação e a conservação dos recursos naturais".

VALORES

Respeito

Comprometimento

Efetividade

Ética

Credibilidade

Transparência

Meritocracia

Integração e trabalho em equipe

1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

1.1 PLANO GOVERNAMENTAL – ESPÍRITO SANTO 2030

De acordo com o plano de desenvolvimento “Espírito Santo 2030”, elaborado pelo Governo e as diferentes entidades, lideranças e organizações da sociedade capixaba, um foco importante para o desenvolvimento regional no Espírito Santo é apostar na diversidade de produção da agricultura familiar e do agronegócio, agroturismo e turismo rural, para atender aos mercados potenciais de cada microrregião e seu entorno. O fortalecimento desses segmentos está ligado à valorização de elementos constitutivos da identidade sociocultural local e à diversidade de paisagismo natural, combinando montanhas, praias, pedras, rios, mangues, florestas e biodiversidade.

A prevalência das potencialidades de uma região tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas em cada território, reflexo da evolução nas bases sociais evidenciada em indicadores como: educação, saúde, longevidade e renda. Ampliar a inserção competitiva dos produtos e serviços da agricultura familiar nos mercados nacionais e internacionais, proporcionando segurança alimentar, sustentabilidade e aumento da renda é outro objetivo importante traçado no plano de desenvolvimento.

Porém, o desenvolvimento precisa estar alinhado com o conceito de sustentabilidade, que pressupõe um equilíbrio entre o sistema econômico, o meio ambiente e os aspectos sociais. O desenvolvimento deve seguir uma trajetória que se sustente no longo prazo, com uso racional dos recursos naturais, garantindo às futuras gerações as condições para sua sobrevivência e desenvolvimento.

Portanto, o foco na proteção e recuperação dos recursos naturais, a necessidade de traçar os rumos de um novo contexto político e institucional na direção do máximo valor agregado em termos ambientais, econômicos e humanos e a busca pelo alto desenvolvimento humano dentro dos limites dos recursos naturais foram os principais objetivos relacionados ao meio ambiente que foram identificados e planejados para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.

Diante destes desafios, o governo do Estado, representado pela SEAG e suas instituições vinculadas, vêm adotando modelos e ferramentas de planejamento estratégico de forma participativa, em busca de sintonia entre a realidade atual, o futuro que se pretende construir para o agronegócio capixaba e os caminhos que é preciso trilhar para que esse futuro se concretize. Assim, o “Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba” – PEDEAG 3 – foi iniciado pela SEAG em 2015, com o objetivo de ser a principal ferramenta de planejamento do setor agrícola do Espírito Santo.

1.2 PEDEAG 3: O PLANEJAMENTO DO AGRONEGÓCIO CAPIXABA

O PEDEAG 3 foi concluído no segundo semestre de 2016 e lançado em dezembro do mesmo ano pelo Governo do Estado, representado pela SEAG. O principal intuito foi estabelecer estratégias e iniciativas para geração de melhores resultados para o agronegócio capixaba nos próximos anos.

A equipe do PEDEAG 3 realizou um estudo em 27 cadeias produtivas e para cada uma delas ficaram estabelecidas diretrizes para o desenvolvimento. Foram realizadas 56 oficinas de trabalho, 90 entrevistas com especialistas em cada setor e mais 2 mil entrevistas com produtores. As prioridades estabelecidas para o próximo ciclo da agricultura do Estado serão inovação, sustentabilidade e agregação de valor aos produtos.

O primeiro PEDEAG foi elaborado em 2003, a partir de uma iniciativa pioneira na história recente da agricultura capixaba. Logo, o PEDEAG se transformou na principal ferramenta de planejamento do setor agrícola do Estado. Em 2008, a SEAG elaborou o NOVO PEDEAG, mantendo as linhas e diretrizes da primeira versão, mas aprofundando a visão estratégica por culturas e regiões do Estado.

O PEDEAG 3 reuniu os avanços obtidos nos últimos anos, alinhados com a análise de temas transversais, tais como capital humano, sustentabilidade, tecnologia e capacidade de inovação, organização da produção, logística e

comercialização, dentre outras. Partiu-se da análise de cenários e da elaboração de diagnósticos, identificando oportunidades e desafios, estabelecendo objetivos e metas e definindo programas e iniciativas.

Em 2017, para acompanhar a realização das metas pretendidas no PEDEAG 3, foi implementado o Comitê Estratégico de Gestão do PEDEAG 3, integrado por representantes da SEAG e de outras instituições públicas e privadas. Todas as ações do Comitê estão voltadas para o fortalecimento do agronegócio capixaba e da melhoria das condições de vida da população rural, recomendando, inclusive, quando for o caso, a revisão e atualização do Plano. O Comitê se reuniu duas vezes durante o ano, realizando proposições e encaminhamentos no sentido de alinhar e apontar as ações mais prioritárias a serem realizadas através dos Programas e Projetos vinculados ao setor agrícola do Estado.



Figura 2: Reunião de planejamento para criação do Comitê.



Figura 3: Reunião do Comitê Estratégico de Gestão do PEDEAG 3.

1.3 ESCRITÓRIO LOCAL DE PROJETOS E PROCESSOS - ELPP

A qualidade não é um processo passivo de cima para baixo, mas sim uma dinâmica, ininterrupta, e uma exaustiva atividade de permanente identificação de falhas nas rotinas e procedimentos, bem como o acompanhamento eficaz das ações de médio e longo prazo executadas através dos projetos. Foi neste sentido que no final de 2015 a SEAG iniciou ações visando a implantação do seu **Escritório de Projetos e Processos – ELPP** – com a finalidade de estudar ferramentas e metodologias de gerenciamento, de forma específica, para compor assim um modelo integrado de gestão na Secretaria, que busque mapear, integrar e otimizar os atores e os recursos envolvidos para melhoria dos resultados globais de gestão.

Em 2018 a SEAG formalizou esta estrutura, através da Portaria N° 031-R, de 28/09/2018, com foco na necessidade de modernizar a gestão administrativa e aprimorar a qualidade dos serviços prestados para a sociedade, por meio do

gerenciamento estruturado de projetos e da otimização dos processos de trabalho, tornando-os mais eficientes e eficazes. As metodologias de gerenciamento de projetos visam o alcance de melhores resultados para a Gestão Pública e agem como um instrumento a serviço da governança, que tem como princípios: economicidade, efetividade, eficiência, prestação de contas e transparência; enquanto a gestão por processos tem como objetivo maximizar os resultados dos processos, aumentar a satisfação dos clientes, otimizar recursos e reduzir gastos.

As principais competências do ELPP da SEAG são:

- Promover o gerenciamento de projetos e a gestão por processos no âmbito do órgão;
- Elaborar e manter atualizada a cadeia de valor da instituição;
- Avaliar e gerir o portfólio de projetos e de processos considerados prioritários para a instituição e a sua governança;
- Definir e manter metodologias, técnicas e ferramentas de apoio para as iniciativas de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Processos de Negócio no órgão;
- Apoiar o mapeamento e o redesenho dos processos e supervisionar o monitoramento dos resultados realizado pelo dono do processo;
- Planejar e coordenar capacitações para gestores de projetos e de processos, bem como para donos e executores de processos, de forma a contribuir com a consolidação do conhecimento sobre os temas e o comprometimento permanente e contínuo dos servidores com a transformação para uma nova cultura de gestão da organização;
- Divulgar e disseminar conhecimentos e resultados relacionados ao gerenciamento de projetos e à gestão por processos.

A implantação do ELPP se justifica no âmbito da SEAG em três dimensões:

- a) Cada vez mais a administração pública necessita se legitimar junto à sociedade, prestando serviços de qualidade e, dessa forma, provando que trabalha em função dela. A sociedade é o principal cliente dos serviços públicos, seja porque é ela a beneficiária de tais serviços, seja porque é através dos impostos pagos que a administração pública se viabiliza;
- b) A administração pública vem se profissionalizando continuamente, passando a adotar um modelo gerencial baseado em fatos e dados e usufruindo de ferramentas gerenciais que permitam decisões cada vez mais racionais e estratégicas;
- c) No sentido da profissionalização e no desdobramento das decisões estratégicas faz-se necessário que os mecanismos de racionalização, otimização, monitoramento e acompanhamento das atividades e recursos da Secretaria estejam disponíveis aos servidores em geral, de forma a permitir que cada servidor, assim como as equipes, possam apresentar continuamente melhores resultados à Secretaria, ao Governo do Estado e à sociedade em geral.

A primeira grande ação do ELPP após a sua formalização foi a realização de uma reunião interna de sensibilização com os servidores da SEAG, para apresentar o Escritório e a proposta de atuação, com o envolvimento de toda a Secretaria. Esta reunião aconteceu no dia 23/11/2018, em três horários distintos, e ao todo participaram 60 servidores. Na ocasião, foi apresentado o planejamento estratégico da SEAG (Missão, Visão, Valores, etc.), bem como a Cadeia de Valor (Figura 4), que é a representação gráfica dos macroprocessos desempenhados pela SEAG, e o Mapa Estratégico (Figura 5), que contém os objetivos estratégicos que norteiam as ações da SEAG e os resultados que o público-alvo espera. A carteira de projetos da SEAG (Figura 6) também foi socializada e detalhada para os participantes, além do vínculo estratégico (Figura 7) que cada Programa / Projeto possui com o planejamento elaborado.



Figura 4: Cadeia de Valor da SEAG.

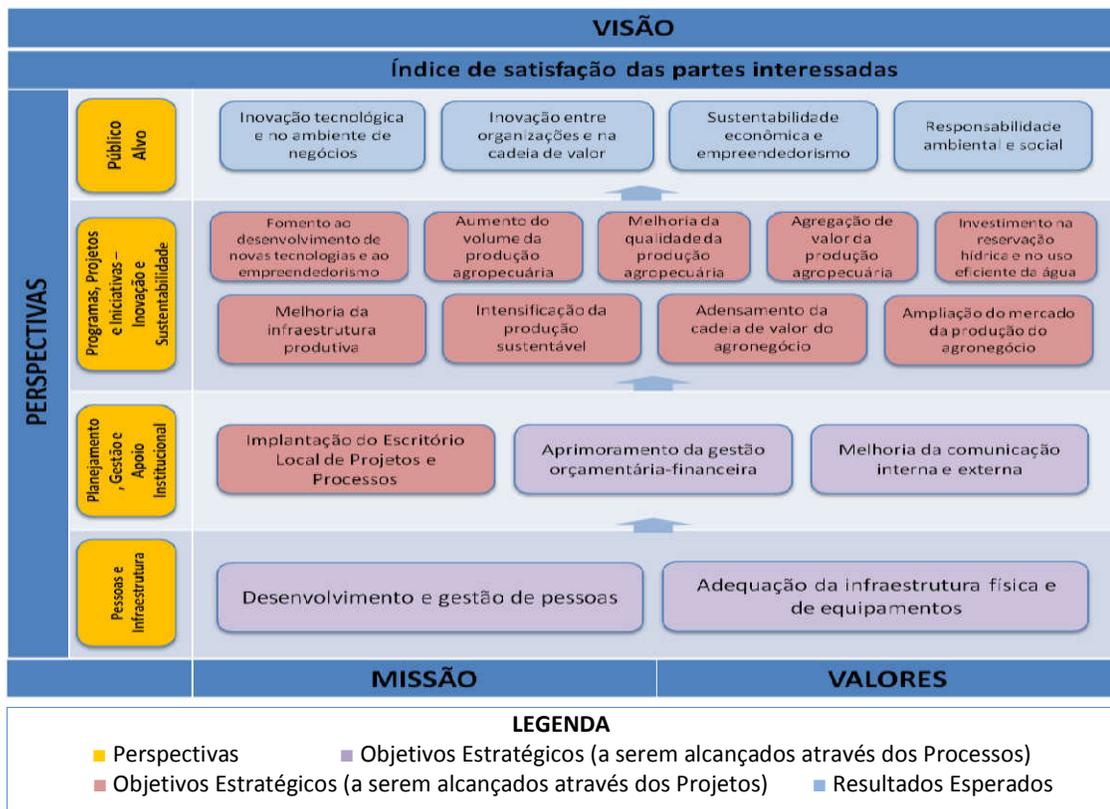


Figura 5: Mapa Estratégico da SEAG.

ÁREAS DE RESULTADO	PROGRAMAS	SUB-PROGRAMAS / PROJETOS	PONTO FOCAL
GESTÃO ORGANIZACIONAL INTEGRADA		- Implantação do Escritório Local de Projetos e Processos	Jonas Usbea
DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TECNOLOGIAS	Programa + Pesquisa AgroCapixaba	- Monitoramento do Programa + Pesquisa AgroCapixaba	Pedro Carvalho / Luciano Fasolo
USO EFICIENTE DA ÁGUA	Programa Estadual de Barragens Públicas	- Construção de Barragens	Winker Denner- Janaina Lyra
INFRAESTRUTURA PRODUTIVA		- Fundo Social de Apoio a Agricultura Familiar – FUNSAF	Diego Artur
	Programa Caminhos do Campo	- Programa Caminhos do Campo	Roberto Magalhães
	Programa Pontes Rurais	- Programa Pontes Rurais	Felipe Ribeiro
	Programa Calçamento Rural	- Programa Calçamento Rural	Felipe Ribeiro
	Programa Campo Digital	- Programa Campo Digital	Patrick Ribeiro
	Programa Energia Mais Produtiva	- Programa Energia Mais Produtiva	Diego Artur
CADEIAS PRODUTIVAS – ORIGEM VEGETAL	Política "Mais Floresta Produtiva"	- Pinus (Pró-Resina) - goma-resina e madeira; - Seringueira - borracha natural e madeira; - Eucalypto - uso múltiplo da madeira; - Palmeiras - produção de palmito e fruto; - Espécies Florestais Não Tradicionais - nativas e exóticas - produtos madeiros e não-madeiros; - Integração Lavoura, Pecuária e Floresta e Sistemas Agroflorestais – práticas sustentáveis.	Pedro Carvalho
CADEIAS PRODUTIVAS – ORIGEM ANIMAL	Programa de Fortalecimento da Aquicultura e da Pesca	- Organização da Cadeia Produtiva da Pesca	Alejandro Garcia-Prado
		- Organização da Cadeia Produtiva da Aquicultura	Alejandro Garcia-Prado
GESTÃO, EMPREENDEDORISMO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA	Programa de Gestão Avançada de Cooperativas Agropecuárias - PROGESCOOP	- Programa de Gestão Avançada de Cooperativas Agropecuárias – PROGESCOOP	Eduardo Chagas
	Programa para Abertura de Novos Canais de Comercialização	- Feiras Agroecológicas em Shopping Centers	Luciano Fasolo / Marcus Magalhães
	Programa Cozinha Capixaba	- Programa de Educação Nutricional através da prática da Culinária Regional do ES.	Marcus Magalhães

Figura 6: Carteira de Programas / Sub-Programas e Projetos da SEAG em 2018.

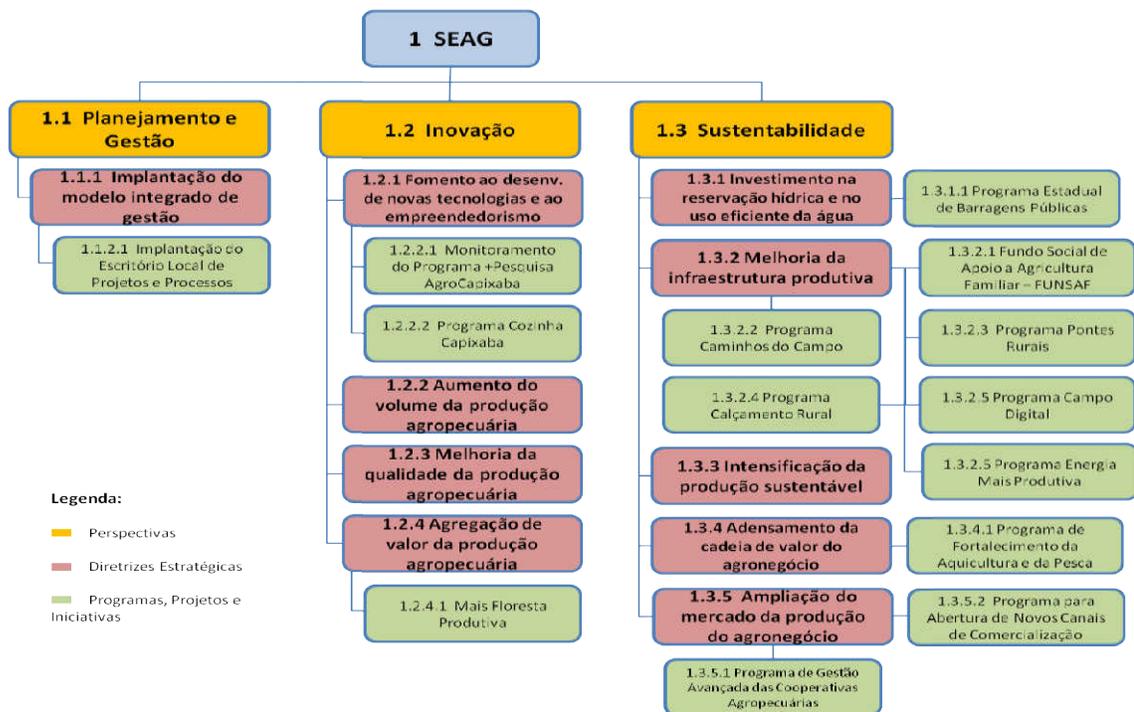


Figura 7: Vínculo Estratégico dos Programas e Projetos da SEAG.

O ELPP promoveu reuniões de acompanhamento de projetos, denominadas Reuniões de Análise Crítica – RACs, com a finalidade de verificar de forma contínua os resultados alcançados através dos projetos e estabelecer metas de curto prazo para corrigir possíveis desvios de curso para o bom andamento desses projetos, identificando as causas e as ações que devem ser implementadas. No acompanhamento do Programa Estadual de Barragens Públicas, por exemplo, as RACs foram realizadas quinzenalmente, com a condução do ELPP e a participação da alta direção e de representantes de todas as equipes da SEAG envolvidas com o Programa.



Figura 8: Reunião de Análise Crítica no Programa Estadual de Barragens Públicas.

O apoio na elaboração das normas de procedimentos da Secretaria com o objetivo de padronizar as atividades e rotinas de trabalho também é foco do ELPP. Em 2018, a SEAG publicou duas normas de procedimento exclusivas, com apoio do ELPP no mapeamento e o desenho desses procedimentos. A primeira foi a norma de procedimento para “Avaliação técnica e administrativa das propostas de projetos do FUNSAF”, a qual na Figura 9 é ilustrado o fluxo do procedimento que está contido na norma; e a segunda foi a norma de procedimento para “Regularização

ambiental de projetos de barragens (Dispensa de Licenciamento)”. Em 2019 este trabalho de normatização terá continuidade na SEAG, de acordo com o cronograma de procedimentos normatizáveis firmado com a Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT – no ano de 2017.

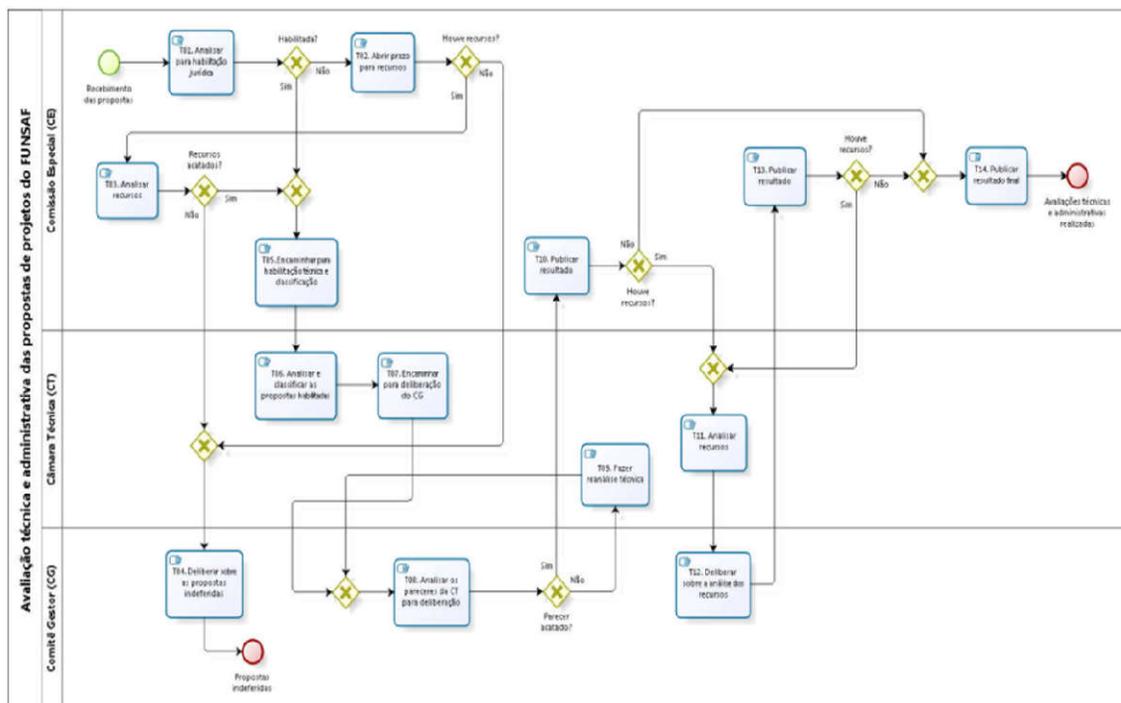


Figura 9: Fluxo do procedimento “Avaliação técnica e administrativa das propostas de projetos do FUNSAF”.

1.4 UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO – UECI

No âmbito da Administração Pública, o Sistema de Controle Interno é uma ferramenta básica para a verificação do correto uso dos recursos públicos, pois a sociedade precisa ter conhecimento como os gestores públicos estão aplicando os recursos oriundos de impostos e taxas por ela pagos. O Controle Interno é aquele que efetivamente orienta, fiscaliza e ajuda na gestão. É responsável diariamente por esse controle, estando atento no sentido de observar o andamento operacional das atividades.

Neste sentido, a SEAG instituiu a sua **Unidade Executora de Controle Interno – UECI** – por meio da Portaria nº 024-R, de 23 de agosto de 2017, considerando o disposto no art. 3º, IX, da Lei Complementar nº 856, de 16/05/2017 e no art. 1º, do Decreto nº 4131-R, de 18/07/2017. São competências da UECI/SEAG:

- 1) Executar ações de controle necessárias à elaboração do Relatório e Parecer Conclusivo do Controle Interno – RELUCI, integrante da Prestação de Contas do Ordenador de Despesas e de todas as Unidades Gestoras vinculadas à SEAG, bem como elaborar o relatório e parecer conclusivo, previstos do art. 82, § 2º, da Lei Complementar nº 621, de 08/03/2012;
- 2) Impulsionar a elaboração das Normas de Procedimento Exclusivas, no âmbito da SEAG;
- 3) Realizar análise nos relatórios de prestação de contas final de convênios, contratos de repasse e outros instrumentos congêneres, nos casos onde há indicação para abertura de tomada de contas especial, conforme previsto no art. 2º, da Portaria nº 038-R, de 31/10/2018;
- 4) Acompanhar a implantação de planos de ação de auditorias, realizadas por órgãos de controle internos e externos, com o objetivo de verificar se a adoção das ações propostas está sendo efetiva;
- 5) Realizar outras atribuições estabelecidas em normativos expedidos pela SECONT e pelo Conselho do Controle e da Transparência – CONSECT.

As atividades de competência da UECI/SEAG são exercidas por uma Comissão Permanente de Controle Interno, diretamente subordinada ao Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Esta Comissão atua alinhada com os propósitos do modelo integrado de gestão, e realizou reuniões geralmente com frequência mensal. A principal entrega da UECI em 2018 foi o Relatório e Parecer Conclusivo do Controle Interno – RELUCI – do exercício 2017. O processo de construção deste documento envolve a verificação de pontos de controle, durante a realização de análise por amostragem em processos administrativos e também na observação comparativa entre relatórios fiscais, financeiros, orçamentários, previdenciários e patrimoniais, emitidos através dos sistemas oficiais da Secretaria e do Governo.



Figura 10: Registro fotográfico de uma das reuniões da Comissão Permanente de Controle Interno da SEAG.

1.5 GRUPO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – GAT

A SEAG instituiu através da Portaria N° 032-R, de 21 de setembro de 2017, **o Grupo de Assessoramento Técnico das obras e serviços de engenharia da SEAG – GAT/SEAG**. Este grupo possui caráter técnico, voltado a assessorar os setores competentes da SEAG no planejamento e controle das obras e serviços de engenharia realizados pela Secretaria.

A criação do GAT foi ainda reforçada pela aprovação da Lei Complementar n° 881/2017, de 27 de dezembro de 2017, que estabeleceu o Programa Estadual de Segurança e Eficiência de Barragens – PESB – e definiu as competências para o GAT por meio de seu art. 14°. As competências são as seguintes:

- **C01:** Assessorar, tecnicamente, os setores competentes da SEAG, no planejamento e controle das obras e serviços de engenharia realizados pela Secretaria;

- **C02:** Auxiliar, tecnicamente, os setores competentes da SEAG, no pleno cumprimento das condicionantes jurídicas, técnicas, econômicas, ambientais e administrativas indicadas pelos órgãos de controle, interno e externo, do Estado, no que tange às obras e serviços de engenharia realizadas pela Secretaria;
- **C03:** Elaborar planos, manuais, modelos, instruções de serviços e outros instrumentos, técnicos e normativos, de aprimoramento do planejamento e gestão das obras e serviços de engenharia da SEAG, visando a total transparência, eficiência, eficácia e padronização dos fluxos e procedimentos necessários ao processamento das licitações e contratações administrativas pertinentes;
- **C04:** Promover estudos pesquisas, encontros, seminários e capacitações voltadas ao aprimoramento da eficiência e eficácia dos fluxos e procedimentos necessários ao processamento das licitações e contratações administrativas de obras e serviços de engenharia da SEAG;
- **C05:** Viabilizar a eficiente e eficaz interlocução técnica da SEAG com os demais órgãos de controle, interno e externo, do Estado, de modo a atender as condicionantes técnicas, jurídicas, econômicas e ambientais recomendadas pelos aludidos órgãos, para as obras e serviços de engenharia realizadas pela Secretaria;
- **C06:** Empreender a interlocução técnica da SEAG com as entidades públicas e privadas, inclusive as de natureza acadêmica, de modo a aprimorar a eficiência e eficácia dos fluxos e procedimentos no processamento das licitações e contratações administrativas da Secretaria;
- **C07:** Exercer outras atribuições correlatas.

A premissa inicial básica para a composição do GAT foi a predominância de servidores efetivos do Estado, com o pressuposto da continuidade e permanência do ocupante no órgão (ou ao menos no serviço público estadual). Esta característica da continuidade da prestação do serviço público é de suma importância, frente à perenidade das obras e serviços de engenharia que são executados pela SEAG, que vem ao encontro da natureza das atividades propostas para o GAT.

Outra questão valorizada foi a multidisciplinaridade do grupo, que intencionalmente foi composto por integrantes que atuam em áreas diferentes e com formações diversas, mas que as competências se completam para o desenvolvimento dos objetivos específicos propostos. Cada membro do grupo contribui com o conhecimento e a prática próprias da sua área de conhecimento e aprende com as demais áreas.

O GAT em seu primeiro ano de existência realizou reuniões e palestras em média com frequência quinzenal, abordando temas e realizando encaminhamentos principalmente no sentido de, a princípio, aprimorar a contratação, gestão e a execução das **obras de barragens** inseridas no Programa Estadual de Barragens Públicas – PEBP. Trata-se de um programa estruturante do Governo Estadual, na temática "melhoria da segurança hídrica", sendo o mais importante e complexo programa em execução no âmbito de atuação da SEAG.

O PEBP previu investimentos de cerca de R\$ 60 milhões, por meio de recursos do tesouro estadual e parcerias, para a implantação de barragens no interior do Estado. Incluiu-se também a conclusão das obras da barragem Eng. Valter José Matielo, que ocorreu em janeiro de 2018, nos municípios de Pinheiros e Boa Esperança, tornando-se a maior barragem do Espírito Santo. Pelo fato da SEAG contratar e fiscalizar obras e serviços de engenharia desta magnitude, é legítimo a Secretaria buscar se estruturar adequadamente para o assessoramento estratégico a estas iniciativas, de forma permanente, visando principalmente a segurança e a eficiência dos "produtos" nas entregas que são realizadas.

Os assuntos e deliberações abordados nas reuniões do GAT são registrados em atas de reunião. Logo após a sua instituição, também foi criado um grupo de Whatsapp, no qual são abordados assuntos cotidianos de interesse do GAT de forma pontual. Como exemplo, citam-se a programação / confirmação de reuniões e capacitações afins, o compartilhamento de informações técnicas para subsidiar a realização de trabalhos, a socialização de documentos técnicos, etc.

Ao todo, foram realizadas **14 reuniões de equipe**, no período de 21/09/2017 a 20/09/2018. As primeiras reuniões pautaram-se em discussões sobre pontos de melhorias nos projetos de barragens e nos procedimentos adotados pelas empresas contratadas, principalmente na execução dos serviços de topografia e sondagem, e

os ajustes necessários durante a execução das obras. O GAT também promoveu um ciclo de **seis palestras** para os servidores da SEAG, com a socialização de conhecimentos tanto de profissionais externos à SEAG quanto internos, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Ciclo de palestras promovidas pelo GAT.

Tema	Palestrante	Nº Particip.	Data de Realização
Gestão de Contratos Administrativos e Aspectos Práticos com Enfoque na Lei nº 8666/93	Horácio Augusto Mendes de Sousa	36	16/02/2018
Gestão de Contratos Administrativos à Luz da Portaria nº 049-R de 2010	Daniella Gonçalves Velten	36	16/02/2018
Boas Práticas em Obras e Serviços Públicos	Rômulo de Alcântara Geraldi	24	22/02/2018
Licitações e Contratos Administrativos: Equilíbrio Econômico- Financeiro; Classificações; Previsão Constitucional e Infraconstitucional; Revisão; reajuste; Repactuação; Atualização e Correção; Preclusão	Arthur Moura de Souza	27	02/03/2018
O Controle da Procuradoria Geral do Estado – PGE nas Licitações e Contratos de Obras e Serviços Públicos	Leandro Mello Ferreira	30	09/03/2018
Conceitos de orçamento público. Fases da despesa pública. Orientações sobre pagamento	Samuel Sena Sant’anna	29	20/04/2018



Figura 11: Registro fotográfico de uma das reuniões do GAT.



Figura 12: Registro fotográfico de uma das palestras promovidas pelo GAT na Sede da SEAG.

Os trabalhos iniciais do GAT pautaram-se na realização de levantamento de informações, notícias, documentos e artigos sobre legislação de segurança de barragens no Espírito Santo e em outros Estados da federação, e também sobre melhores práticas em gestão de barragens. Esta ação buscou o alinhamento inicial do grupo acerca do tema e a socialização de conhecimentos importantes para se pensar na melhoria da segurança hídrica no Estado.

Uma vez realizado este alinhamento, percebeu-se uma possibilidade de melhoria na instrução dos processos de licitações e contratações administrativas das obras e serviços de engenharia na SEAG. Neste sentido, o GAT iniciou uma ação de análise de conformidade nos processos administrativos de contratação de projetos e obras de barragens (as que estavam em andamento e também as concluídas pela SEAG), com intuito de identificar e relatar possíveis procedimentos administrativos e técnicos suscetíveis a melhorias. Para realização deste trabalho, foi elaborado um checklist pelo próprio GAT, com apoio de setores competentes da SEAG e de órgãos de controle do Estado.

Os relatórios de caráter descritivo buscaram apresentar de forma resumida um histórico dos trâmites administrativos adotados nos processos, com intuito de assessorar a Gerência de Infraestrutura e Obras Rurais – GIOR – e a Subsecretaria de Infraestrutura e Obras Rurais – SUBINF, no ajuste ou na correção de procedimentos adotados durante a tramitação destes processos. Ao todo, foram analisados 20 processos administrativos de barragens pelo GAT. Este número correspondeu, no período da análise, à totalidade dos processos de licitações concluídas de obras de barragens no PEBP.

O principal trabalho realizado pelo GAT neste primeiro ano de existência foi justamente a construção da proposta que se tornou a Lei Complementar nº 881/2017, em 26/12/2017, instituindo o Programa Estadual de Segurança e Eficiência de Barragens – PESB. As barragens vinham sendo construídas no Estado desde 2016, de acordo com a legislação e normas vigentes, porém em nível estadual não havia ainda uma regulamentação principalmente sobre a governança neste processo construtivo. Cabe ressaltar que, ainda que a supracitada Lei tenha aberto a possibilidade de o Estado assumir a gestão das barragens, nenhuma parceria nesse sentido foi celebrada até o momento, sendo os municípios os “Empreendedores” das barragens construídas pela SEAG. Com o apoio do GAT, a SEAG está evoluindo junto ao IDAF, à Agência Estadual de Recursos Hídricos – AGERH e à Defesa Civil do Estado, um modelo mais adequado de Gestão das Barragens, com o compartilhamento de responsabilidades, no qual ainda terão papel fundamental: as Prefeituras Municipais, os Comitês de Bacias e usuários específicos quando houver (caso da Companhia Espírito-Santense de Saneamento – CESAN e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE).

No sentido de apoiar a concepção de instrumentos técnicos e normativos, de aprimoramento do planejamento, contratação e gestão das obras e serviços de engenharia da SEAG, o GAT assessorou na elaboração do checklist referente à portaria SECONT nº 009-R, de 05 de outubro de 2015, que instituiu e divulgou a relação de requisitos mínimos para uniformização da instrução dos processos a serem encaminhados à Secretaria de Controle e Transparência - SECONT para análise prévia, nos termos do Decreto nº 3845-R, de 12 de agosto de 2015.

O GAT em 2018 realizou manifestações técnicas relativas ao cumprimento de requisitos que constam nos checklists internos da SEAG em processos de licitação e aditivos provenientes da GIOR e da Gerência de Pavimentação de Estradas Rurais – GEPAV, e atuou no assessoramento técnico para conferência de documentações pertinentes aos processos de obras com recursos provenientes de Emendas Federais.

Nesta mesma linha, o GAT também assessorou a GIOR na elaboração do Termo de Referência e Minuta do Edital de Gerenciamento do PEBP, e assessorou a GEPAV na elaboração do Termo de Referência e Minuta do Edital de Gerenciamento do Programa "Caminhos do Campo", conduzido pela SEAG, que tem como principal objetivo adequar e pavimentar as estradas rurais do Estado, oferecendo uma melhor trafegabilidade para os veículos que realizam o escoamento da produção agrícola, redução de custos e perdas de produtos perecíveis, além de facilitar a mobilidade da comunidade e de potencializar o agroturismo.

O GAT participou de reuniões juntamente com a GIOR na SECONT, para elaboração de plano de ação na gestão de riscos na construção de barragens no estado do Espírito Santo. Participou também de reuniões e visitas técnicas para auxiliar a GIOR nos novos projetos de barragens públicas, contratados pela SEAG e/ou parceiros da SEAG.

Sobre a atuação do GAT na elaboração de legislações relacionadas a barragens no Estado, destacam-se:

- A participação na construção das Legislações pertinentes ao licenciamento ambiental de barragens (Decretos Estaduais 4165-R/2017, 4139-R/2017 e Instrução Normativa IDAF 020/2017);
- A participação na construção de legislação de segurança de barragens e procedimento de fiscalização da AGERH;
- A elaboração de Nota Técnica para instauração de processo administrativo visando a revisão dos procedimentos aplicados pelo IDAF, onde exigiu novos estudos ambientais para projetos contratados pela SEAG antes da publicação da Instrução Normativa IDAF 020/2017;

- A elaboração do Termo de Referência para licitação do Plano de Segurança da Barragem Eng. Valter José Matielo, nos municípios de Pinheiros e Boa Esperança.

O GAT atuou fortemente na interlocução técnica da SEAG com outras entidades públicas e privadas, destacando-se:

- A participação em reuniões e visitas técnicas, visando orientar os municípios beneficiados pelo Programa Estadual de Barragens, quanto aos procedimentos de licenciamento ambiental;
- A participação em reuniões e visitas técnicas para tratar da gestão compartilhada da barragem Eng. Valter José Matielo, nos municípios de Pinheiros e Boa Esperança;
- A participação em reuniões e visitas técnicas em conjuntos com outras instituições públicas, como o Ministério Público do ES, o IDAF, a AGERH e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para tratar dos aspectos ambientais, de segurança e fundiário de barragens integrantes do programa estadual;
- A participação em reunião com a Secretaria Estadual de Educação – SEDU, para propor que a temática “Recursos Hídricos e Barragens” fosse inserida nos conteúdos programáticos trabalhados nas escolas estaduais, por meio de palestras, feiras de ciência e elaboração de material técnico.
- A participação no seminário promovido pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MPES, com o tema “Panorama Estadual de Barragens”.

O GAT também participou de várias reuniões gerenciais, atuando como suporte técnico para o Secretário e/ou Subsecretários da SEAG, nas quais os temas debatidos foram o PEBP e/ou o Programa Caminhos do Campo. Inclusive, relacionado a este Programa, participou das tratativas para a regulamentação dos procedimentos relativos às transferências fundo a fundo objetivando a conservação das estradas rurais que compõem o Programa.

O GAT construiu a proposta de portaria que estabelece a padronização dos procedimentos de estudos, levantamentos topográficos e planialtimétrico cadastral no âmbito do PEBP. Os procedimentos estabelecidos deverão ser seguidos por

projetistas, empresas executoras e gerenciadoras das obras de barragens, e proporcionará um maior controle por parte da SEAG na fiscalização dos serviços. A concepção da portaria foi concluída, e está em fase de aprovação para publicação.

Nesta mesma linha, o GAT elaborou outra proposta de portaria que estabelece as alterações possíveis na execução das obras, bem como define o prazo de retificação das informações junto ao IDAF. A portaria também está em fase de aprovação para publicação.

O principal trabalho que o GAT está desenvolvendo no momento é o estabelecimento de normas e procedimentos, em forma de Decreto Estadual, para a continuidade da condução do PEBP, conforme determina a Lei Complementar nº 881/2017, de 27/12/2017. Este trabalho começou com o mapeamento, desenho e redesenho do macroprocesso e dos subprocessos relacionados à realização de obras de infraestrutura rural na SEAG, que foi o subsídio para o início da elaboração das normas e procedimentos. O documento em questão formalizará requisitos de suma importância para a execução do PEBP pela SEAG, como o processo de requisição para construção de uma barragem pública, a análise de viabilidade da implementação, a contratação e execução do projeto e obra de barragem, a gestão e fiscalização do projeto e da obra, a entrega da obra e a operação e manutenção da barragem.

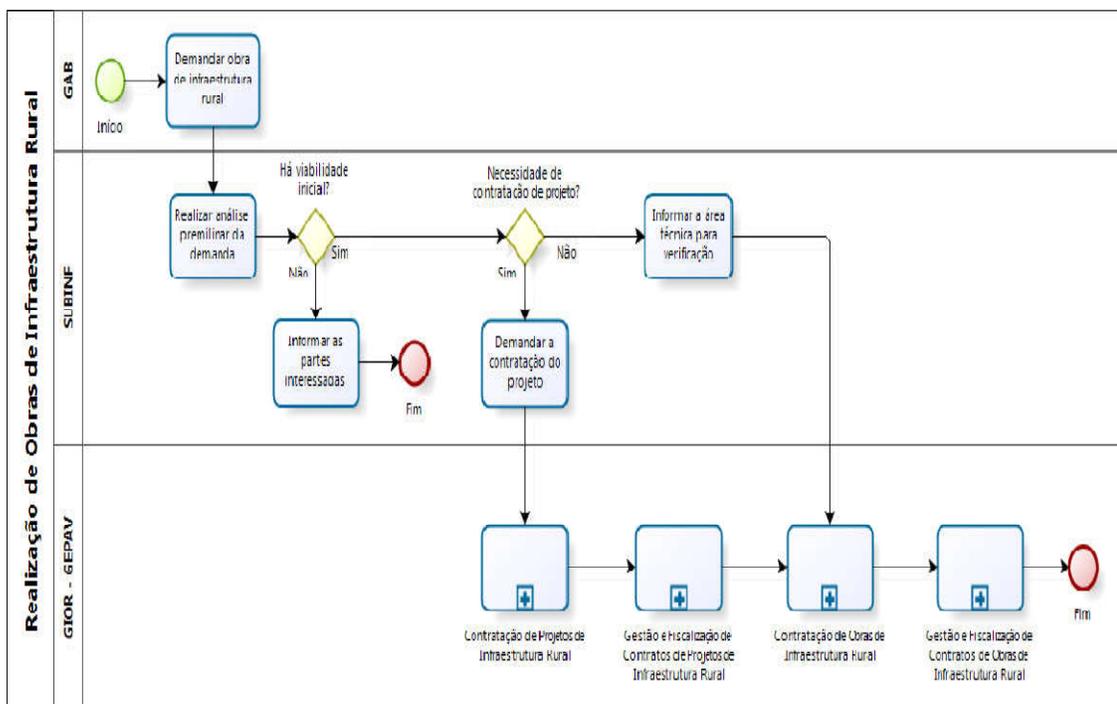


Figura 13: Macrofluxo para Realização de Obras de Infraestrutura Rural na SEAG.

Por consequência deste trabalho de normatização que foi iniciado, o GAT percebeu um ponto de melhoria para a SEAG qualificar, democratizar e dar mais transparência ao processo de requisição dos municípios junto à Secretaria para a construção de barragens públicas, através da implementação de chamamento público como mecanismo para selecionar propostas destinadas a construção de destas barragens atendidas no PEBP. O GAT está elaborando a minuta preliminar para este edital de chamamento, que no momento está em processo de validação interna.

2. INOVAÇÃO

A SEAG considera de suma importância a necessidade de investimentos expressivos em ciência, tecnologia e pesquisa para a área rural, com a finalidade de aumento da produção agrícola do Estado e conseqüentemente aumento da renda do produtor. A pesquisa precisa de “oxigênio”, e é necessário potencializar esta área.

2.1 PROJETOS DO EDITAL +PESQUISA AGROCAPIXABA

A SEAG, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), lançou em dezembro de 2015 o maior edital de pesquisa agropecuária da história do Espírito Santo. Estão sendo investidos R\$ 11,5 milhões em 90 projetos de pesquisa aplicada, ao longo de três anos, que vão subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, a elevação da renda dos produtores, o adensamento dos arranjos produtivos, a conservação do solo e o uso racional da água.

As linhas de pesquisa foram definidas a partir das demandas identificadas na série de debates realizados em mais de 50 oficinas de trabalho em torno dos principais arranjos produtivos da agropecuária capixaba ao longo de 2016. Um dos principais desafios apontados foi a crise hídrica e a escassez de água. Dessa forma, a expectativa é de que os projetos apontem alternativas e soluções inovadoras para mitigação dos efeitos climáticos adversos.

Os projetos escolhidos estão sendo executados em oito instituições de ensino e pesquisa do Espírito Santo – Ceplac, INCAPER, UFES, IFES, UCL, UVV, Multivix e IDAF – desenvolvidos em 10 temas: Fruticultura; Mamão; Cafeicultura; Produção Animal; Pipericultura (pimenta-do-reino); Silvicultura e Sistemas Integrados de Produção; Culturas Alimentares e Floricultura; Aquicultura e Pesca; Água, Solo e Agricultura de Baixo Carbono; e Agroecologia e Agricultura Orgânica.

As pesquisas estão sendo desenvolvidas em 22 “Redes”, de acordo com cada tema, o que contribuiu para a integração das instituições de ensino e pesquisa

capixabas, incentivando a consolidação de jovens pesquisadores, aumentando a produção técnico-científica e estimulando a interdisciplinaridade e o intercâmbio institucional.

O Governo do Estado, por meio da SEAG e da FAPES, assinou em dezembro de 2016 os contratos com os representantes das Redes que tiveram projetos aprovados. Esse investimento em Pesquisa Agropecuária representa o redirecionamento das políticas públicas voltadas para o setor; uma mudança de prioridades, dada a importância da pesquisa para o desenvolvimento sustentável do agronegócio capixaba.

A SEAG em 2018 buscou estar próximo do acompanhamento da execução dos projetos aprovados no Edital +Pesquisa AgroCapixaba, com ações de monitoramento através de interface com a FAPES e atores relacionados. A principal ação de monitoramento foi a participação da SEAG no primeiro seminário parcial de demonstração de resultados dos projetos contratados, que ocorreu de 13 a 23/03/2018, na sede da FAPES. Esteve presente no seminário a grande maioria dos coordenadores dos projetos, os membros do Comitê Gestor, a Diretoria da FAPES, os pesquisadores dos projetos apresentados e convidados em geral.



Figura 14: Pesquisadores, avaliadores e equipe FAPES.

O seminário de projetos é o tempo-espço previsto nos editais da FAPES para se proceder a avaliação das pesquisas e tem caráter obrigatório de participação do coordenador dos projetos contratados. Em geral são anuais (parciais) até a finalização dos projetos (seminário final), devidamente relatados em meio físico e virtual. Os seminários parciais têm a finalidade de promover um alinhamento aos projetos, discutindo-se seu desenvolvimento com a presença dos parceiros e de avaliadores *ad hoc*, visando reorientar os projetos em suas conduções metodológicas, metas, atividades, e até suas partes orçamentárias.



Figura 15: Apresentação de projeto pela pesquisadora do INCAPER.

Entre as inovações que já são resultados de projetos oriundos do Edital +Pesquisa AgroCapixaba, destaca-se a variedade de café Conilon mais resistente à seca, a “Marilândia ES8143” e o Jardim Clonal Superadensado de Café Conilon, uma nova técnica para a multiplicação rápida de cultivares clonais melhoradas. Ambas foram desenvolvidas pelo INCAPER e lançadas em novembro de 2017, no município de Marilândia.



Figura 16: Lançamento do super café mais tolerante à seca “Marilândia ES8143”.

2.2 PROGRAMA COZINHA CAPIXABA

A SEAG através de parceria com o Serviço Social da Indústria do Espírito Santo – SESI/ES – desenvolveu em 2018 o **Programa Cozinha Capixaba**. O objetivo geral do Programa foi capacitar profissionais do setor da gastronomia capixaba, de forma gratuita, para desenvolver a culinária e os produtos típicos da agricultura e pesca regionais. A visão foi incentivar a criação de novos mercados para a agricultura e valorizar os costumes alimentares e os alimentos típicos, potencializando o turismo e a gastronomia local.

A seleção dos municípios contemplados pelo Programa foi realizada com base em aviso de Chamada Pública para Capacitação Profissional, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, estabelecendo o prazo para cadastramento dos municípios interessados. A programação previu cursos de capacitação em cada município, de segunda-feira a sexta-feira, com 20 alunos em cada um deles, com duração de 20 horas semanais. As aulas foram ministradas nas unidades móveis do

Programa: uma cozinha didática, adaptada em uma carreta, totalmente equipada, com capacidade para os alunos acompanharem cada uma das aulas ministradas em seu interior.

Nesse sentido, foram atendidos ao todo 22 municípios, sendo que 19 destes receberam 2 (duas) turmas cada, e outros 3 municípios receberam 4 (quatro) turmas cada, **totalizando 25 atendimentos realizados, 978 pessoas capacitadas e o investimento de R\$ 310.000,00** (Quadro 2). A seleção dos cursistas para participar das capacitações foi realizada pelas Prefeituras, com base em critérios de participação preestabelecidos pela esta SEAG, sendo exigida comprovação de atuação/relação com a área de gastronomia, alimentação, turismo (restaurantes, pousadas, hotéis, bares, etc.), documento de identidade e ficha de inscrição. No site da SEAG foram disponibilizadas as informações para as inscrições nos cursos, a ficha de inscrição e os cronogramas de inscrição e realização dos cursos por município.

Como principais pontos fortes e resultados alcançados, destacam-se:

- A interação entre a SEAG e os municípios participantes do Programa;
- A construção de planos de aula e receitas baseadas na vocação agrícola e pesqueira dos municípios;
- O número expressivo de profissionais que foram capacitados, e também com excelente abrangência no Estado;
- A criação de redes de relacionamento entre produtores e consumidores locais, fortalecendo e incentivando a criação de novos mercados;
- A valorização da produção agrícola e pesqueira de diversos municípios do Estado;
- O fortalecimento de diversos setores ligados a geração de valor e renda, como a agricultura, a alimentação, o turismo e os serviços por meio de um único Programa;
- A estrutura física e de equipamentos da Unidade Móvel do SESI que propiciaram aos cursistas um ambiente confortável, agradável, bem equipado e organizado.

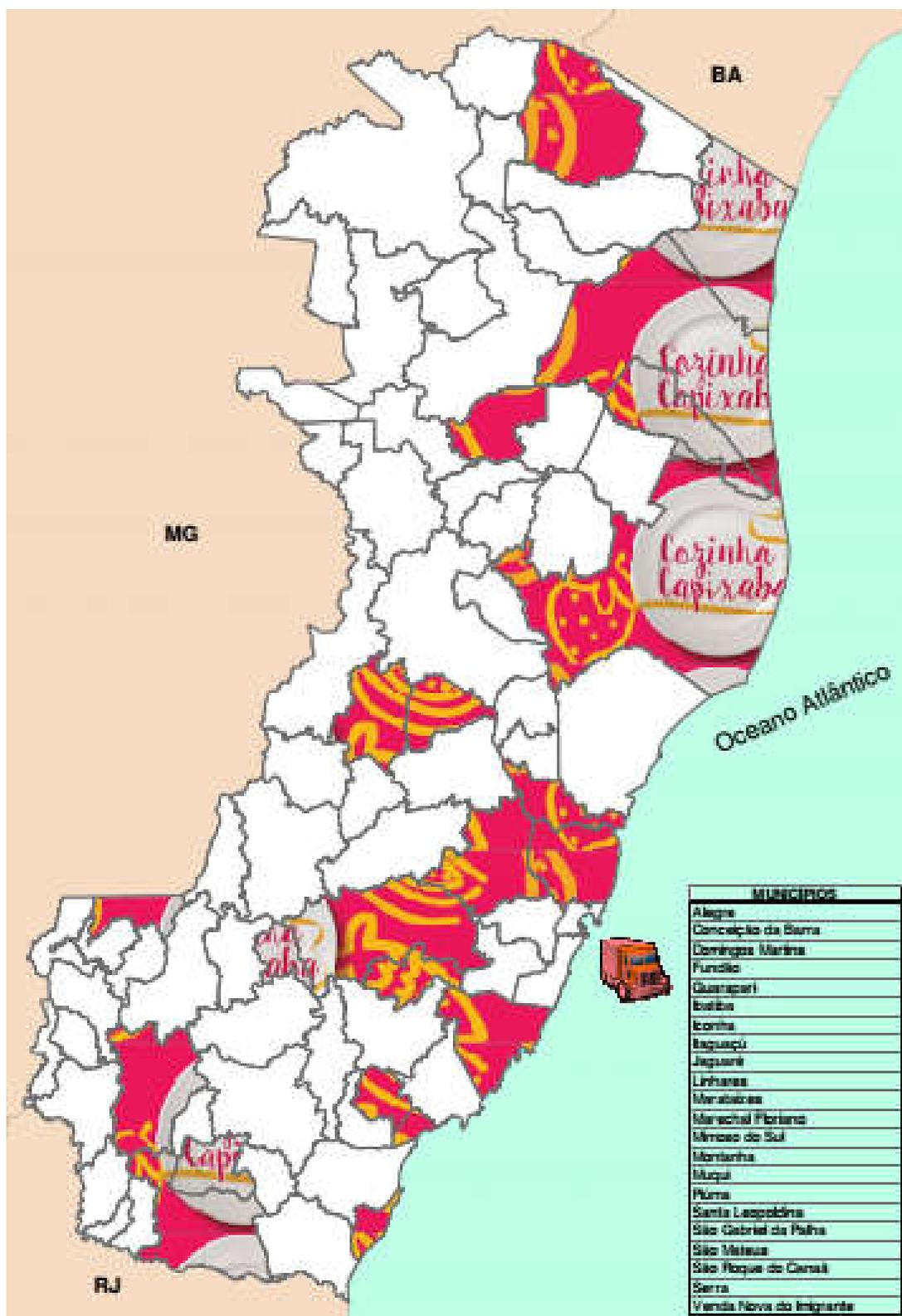


Figura 17: Municípios atendidos no Programa Cozinha Capixaba.

Quadro 2: Relação de municípios, datas de atendimento e investimentos pelo Programa Cozinha Capixaba.

Nº	Municípios	Período de Realização
1	São Mateus	20/02 a 23/02/2018
2	Conceição da Barra	26/02 a 02/03/2018
3	Linhares	05/03 a 09/03/2018
4	Guarapari	12/03 a 16/03/2018
5	Piúma	20/03 a 23/03/2018
6	Santa Leopoldina	02/04 a 06/04/2018
7	Domingos Martins	09/04 a 13/04/2018 e 16/04 a 20/04/2018
8	Venda Nova do Imigrante	23/04 a 27/04/2018
9	Ibatiba	07/05 a 11/05/2018
10	Muqui	14/05 a 18/05/2018
11	Mimoso do Sul	21/05 a 25/05/2018
12	Alegre	04/06 a 08/06/2018
13	Marataízes	12/06 a 15/06/2018
14	Iconha	18/06 a 22/06/2018
15	Fundão	25/06 a 29/06/2018
16	Montanha	24/07 a 27/07/2018
17	São Gabriel da Palha	31/07 a 03/08/2018
18	São Roque de Canaã	07/08 a 10/08/2018
19	Itaguaçu	14/08 a 17/08/2018
20	Jaguaré	21/08 a 24/08/2018
21	Marechal Floriano	28/08 a 31/08/2018
22	Serra	17/09 a 21/09/2018
INVESTIMENTO TOTAL:		R\$ 310.000,00



Figura 18: Cozinha Capixaba no município de Guarapari.



Figura 19: Cozinha Capixaba no município de Iconha.



Figura 20: Cozinha Capixaba no município da Serra.

2.3 POLÍTICA “MAIS FLORESTA PRODUTIVA”

A SEAG vem articulando junto a instituições públicas e privadas uma política pública voltada para a silvicultura no Estado do Espírito Santo. Em 2018, os esforços foram concentrados na concepção de forma participativa, na divulgação das diretrizes e dos princípios da política, bem como na articulação com parceiros, visando tornar a política de Estado e não de um governo. Em paralelo foi despendido um esforço na estruturação do INCAPER para conduzir as ações de pesquisa e ATER florestal. Foram identificados nove extensionistas, denominados pontos focais, com formação em engenharia florestal, agronomia ou técnico agrícola, para atuar nos municípios da regional do INCAPER na qual os mesmos estão lotados.

Em novembro de 2018 foi instituída pela Lei nº 10.918 a **Política de Incentivo à Cadeia Produtiva de Base Florestal do Espírito Santo – PCPBF/ES (“Mais Floresta Produtiva”)**, que tem por objetivo o desenvolvimento e a expansão de áreas com florestas produtivas e a adequação ambiental das propriedades agrícolas, por meio de parcerias público-privadas e um modelo de gestão descentralizado, baseado na governança interinstitucional.

A Política foi concebida baseada nos seguintes programas:

- 1) Pró-Resina – que incentiva a produção de goma resina e madeira (já lançada em julho de 2016 em Ibatiba);
- 2) Seringueira – que incentiva a produção de borracha natural e madeira;
- 3) Eucalipto – que incentiva o uso múltiplo da madeira das diversas espécies de eucalipto com o objetivo de diversificação de produtos;
- 4) Palmáceas – que incentiva à produção de palmito e fruto, principalmente de espécies nativas do Bioma Mata Atlântica;
- 5) Espécies Florestais Não-Tradicionais – que incentiva o plantio de espécies nativas e exóticas do Bioma Mata Atlântica, não tradicionalmente plantadas no Estado, mas com potencial para produção e oferta de produtos florestais madeireiros e não madeireiros;

6) Integração Lavoura, Pecuária e Floresta e Sistemas Agroflorestais – que incentiva a utilização de práticas sustentáveis de cultivo agrícolas e de florestas visando minimizar impactos ao meio ambiente.

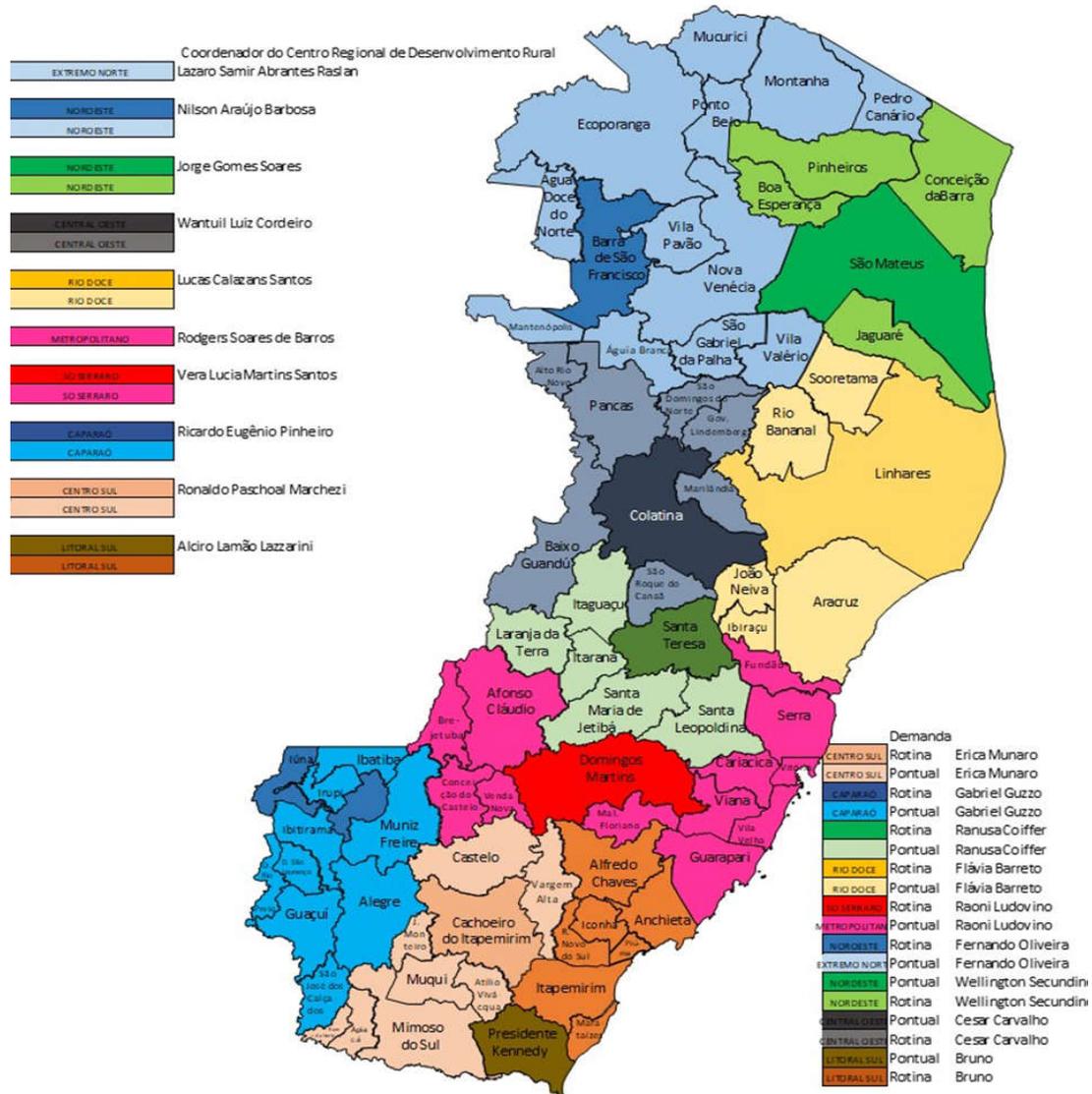


Figura 21: Área de atuação dos pontos focais de extensão florestal nos municípios.

Aliados a estes programas, a PCBF/ES estimula a adequação socioeconômica e ambiental das propriedades rurais, buscando fomentar um conjunto de ações integradas, voltadas para a recuperação de passivos ambientais e otimização e renovação das áreas produtivas agrícolas e florestais. A Política também prevê um Comitê Gestor, composto por instituições públicas, privadas e terceiro setor, com a atribuição de decidir e deliberar sobre as diretrizes da

PCPBF/ES, além de articular, mobilizar e fomentar ações e programas voltados para o desenvolvimento da Política.



Figura 22: Apresentação da PCPBF/ES no Congresso Florestal Latino-Americano realizado em Vitória-ES.



Figura 23: Reunião com parceiros para apresentação e articulação da PCPBF/ES.

3. SUSTENTABILIDADE

A SEAG vem dedicando grande atenção na mobilização de todos os agentes que, de forma direta e indireta, atuam no segmento agrícola capixaba para um debate atual e construtivo, no sentido de abordar a sustentabilidade do meio rural de forma sistêmica e que contemple o uso e a conservação dos recursos naturais, com destaque para a água, sua destinação, fontes e marcos legais compatíveis com a demanda do setor produtivo, do consumidor e de todos os integrantes das cadeias produtivas.

3.1 PROGRAMA ESTADUAL DE BARRAGENS PÚBLICAS

No âmbito da atuação da SEAG na temática reservação hídrica, desde junho de 2015 a Secretaria integra a equipe de gerenciamento do projeto de melhoria da segurança hídrica, que é um programa estruturante do Governo Estadual, acompanhado diretamente pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEP. A referida equipe contém ainda servidores da AGERH, do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) e da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN).

Não há dúvidas que um dos meios para se melhorar a segurança e a capacidade de reservação hídrica do Estado é a construção de barragens. Consequentemente, a SEAG trata este tema como prioridade, e vem conduzindo projetos e ações específicas, se reunindo internamente com frequência quinzenal para acompanhá-los. Nestas reuniões, são discutidos aspectos relativos aos marcos críticos de cada projeto, ações, prazos, cronograma financeiro, etc.

Para definição dos locais onde estão sendo instaladas novas barragens, levando-se em conta sempre o caráter de uso múltiplo, foram considerados os seguintes fatores: existência de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados; locais que possibilitavam a construção de barragens médias e com maior relação volume/lâmina; locais que não necessitavam de desapropriação (áreas doadas); e maior número de usuários beneficiados.

O principal marco do ano de 2017 foi a conclusão das obras da Barragem Pinheiros - Boa Esperança, no Rio Itauninhas. As obras foram assumidas pelo Governo do Estado, por meio da SEAG, após ficarem 8 anos paralisadas. A maior barragem do Estado, que leva o nome do Eng. Valter Matielo, teve a construção iniciada há mais de 10 anos, através de um convênio municipal com o Governo Federal e ficou paralisada. Ela tem capacidade para armazenar mais de 15 bilhões de litros de água em 270 hectares de área alagada e investimento de R\$ 8,5 milhões.



Figura 24: Obra da Barragem Eng. Valter José Matielo concluída no município de Pinheiros / Boa Esperança.

A SEAG chega ao final de 2018 com **16 barragens concluídas** por meio do Programa Estadual de Barragens Públicas. Os municípios já contemplados são Marilândia, Pinheiros, Jaguaré e Colatina, que contam com uma barragem cada; e os municípios de Montanha, Nova Venécia, Sooretama, Baixo Guandu, São Roque do Canaã e Santa Teresa, que receberam duas barragens cada. Há outras catorze obras em andamento e dezenas para começar a construção em 2019. Desde o

início do Programa em 2016 já foram investidos (liquidados) aproximadamente **R\$ 28 milhões**, nas obras de construção de barragens já concluídas e em andamento.

Quadro 3: Barragens concluídas pelo Programa Estadual de Barragens Públicas.

Município	Barragem	Tipo	Data de Conclusão	Custo da Obra (R\$)	Área alagada (ha)	Volume de água (m³)
Marilândia	Liberdade	Terra	dez/16	687.631,86	4,55	62.000
Montanha	Bela Vista I	Terra	set/17	604.825,93	5,96	106.986
Montanha	Bela Vista II	Terra	set/17	604.825,93	0,97	17.225
Nova Venécia	Três Pontões	Terra	out/17	586.909,27	3,14	64.631
Nova Venécia	13 De Maio	Terra	out/17	586.909,27	0,80	7.000
Sooretama	Cupido	Terra	jan/18	1.153.706,90	10,74	209.046
Sooretama	Pasto Novo	Terra	jan/18	1.116.133,50	11,80	332.715
Pinheiros / Boa Esperança	Valter José Matielo	Concreto	jan/18	8.335.229,80	270,00	17.000.000
Colatina	Graça Aranha	Terra	mar/18	946.533,06	2,55	87.066
Jaguaré	Água Limpa	Terra	abr/18	1.588.385,23	19,83	433.000
Baixo Guandu	Bonfim	Terra	jul/18	755.909,95	3,95	96.000
São Roque do Canaã	Alto Santa Júlia	Concreto	jul/18	1.149.480,41	2,95	130.617
Baixo Guandu	Pinga Fogo	Terra	set/18	1.243.951,08	4,91	172.000
São Roque do Canaã	Santa Júlia	Concreto	dez/18	1.685.457,55	1,32	107.269
Santa Teresa	Itanhanga	Concreto	dez/18	962.796,85	3,69	91.256
Santa Teresa	Cabeceira 25 de Julho	Concreto	dez/18	839.642,32	2,72	118.640



Figura 25: Barragem de Graça Aranha no município de Colatina.

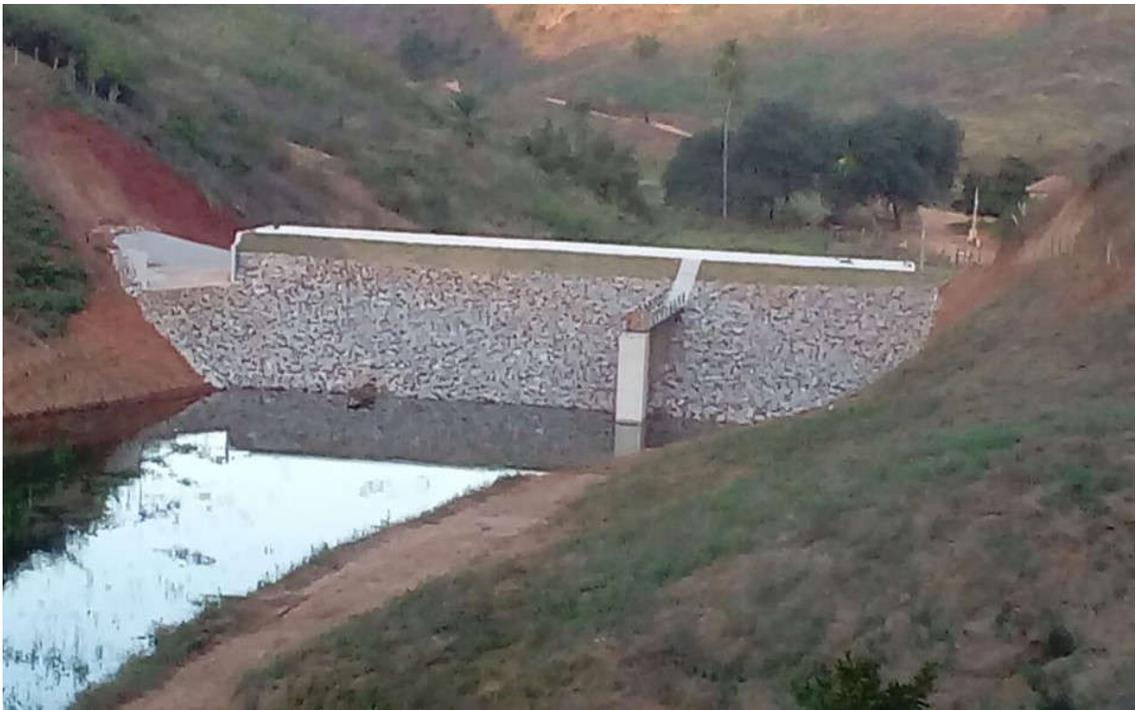


Figura 26: Barragem de Bonfim no município de Baixo Guandu.

3.2 FUNDO SOCIAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR

Outra ação importante da SEAG em 2018 foi a continuidade da operacionalização do Fundo Social de Apoio a Agricultura Familiar – FUNSAF. O FUNSAF foi criado através de uma parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – cujo montante de recursos iniciais a serem aplicados é de R\$ 12 milhões.

A estrutura organizacional do FUNSAF é constituída por um Comitê Gestor, uma Câmara Técnica e uma Comissão Especial da SEAG, com as suas atribuições definidas de acordo com a Lei 10.390 alterada pela Lei 10.297. Nesse novo formato, a SEAG passa a ser a gestora operacional enquanto o BANDES figura como o gestor financeiro do fundo, realizando, inclusive a contratação dos projetos.

Com o FUNSAF, muda a forma de contratação de projetos da SEAG, que passa a ser através de editais públicos, dando mais transparência ao uso dos recursos públicos destinados às ações de fortalecimento dos arranjos produtivos da agricultura familiar.

Podem participar do FUNSAF as associações e cooperativas que apresentarem os projetos com vistas a melhorar os processos de produção, da agroindustrialização, do beneficiamento, da comercialização, da gestão dos empreendimentos, da qualificação da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e do desenvolvimento de pesquisas agropecuárias voltadas à agricultura familiar.

O primeiro edital do FUNSAF foi publicado em 23/10/2015, totalizando R\$ 2,2 milhões, visando atender as associações e cooperativas dos assentamentos de reforma agrária, que foram o público beneficiário deste edital.

Em 2016 foram contratados 7 projetos de associações de assentamentos de reforma agrária por meio do FUNSAF. Foram beneficiadas diretamente 233 famílias dos municípios de Guaçuí, Mantenópolis, Montanha, Pedro Canário, Santa Teresa, Itapemirim e Linhares. Os recursos foram investidos para entrega de dois caminhões, dois tratores, 15 implementos agrícolas, duas unidades de

beneficiamento de café e pimenta-do-reino e uma unidade de beneficiamento de frutas.

Em 2017, a associação de rádio comunitário do assentamento Florestan Fernandes, no município de Guaçuí, apresentou projeto e foi beneficiada com a construção de uma Unidade de Beneficiamento de Frutas, um veículo utilitário e equipamentos, através de recursos do FUNSAF. A conclusão da instalação da Unidade ocorreu no final de 2018.



Figura 27: Sede da Unidade de Beneficiamento de Frutas construída com recursos do FUNSAF.



Figura 28: Veículo utilitário (recurso FUNSAF).



Figura 29: Despoldador de frutas (recurso FUNSAF).

Com a operacionalização do FUNSAF, a expectativa é que se fortaleça a dinâmica organizacional e produtiva da agricultura familiar, permitindo que os grupos organizados através de associações e cooperativas possam melhorar os seus processos de produção, beneficiamento e comercialização contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável das áreas rurais capixabas. Especificamente no exercício financeiro de 2017 foram investidos (liquidados) aproximadamente R\$ 600.000,00 com recursos do FUNSAF.

Em 2018 foi publicado o segundo edital de chamamento público do FUNSAF. Na primeira fase, foram habilitadas **19 propostas**, das mais de 30 apresentadas, totalizando um valor de **R\$ 13.309.682,25**. As propostas estão sendo avaliadas pelo Comitê Gestor do FUNSAF e posteriormente passarão pela análise da Câmara Técnica, que fará um *ranqueamento* de acordo com os critérios estabelecidos e os recursos disponíveis para o atendimento.

3.3 PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO

O objetivo do Programa Caminhos do Campo é adequar e pavimentar as estradas rurais do Estado, oferecendo às áreas com maior densidade da agricultura familiar uma melhor trafegabilidade para os veículos que realizam o escoamento da produção, redução de custos e perdas de produtos perecíveis, além de facilitar a mobilidade da comunidade, especialmente a rural, além de desenvolver o agroturismo. As estradas estando pavimentadas atraem mais turistas para as áreas rurais, gerando novas oportunidades de renda por meio de agroindústrias, pousadas, restaurantes e artesanato rural. Em suma, ao melhorar a infraestrutura rural, também há avanços na qualidade de vida da população residente no campo.

O referido Programa apresenta o menor custo por quilômetro do país, utiliza os materiais naturais existentes na região, respeita ao máximo o traçado original, aliando a utilização de tecnologias de última geração para o tráfego característico das estradas rurais. Em geral, a SEAG ou os municípios contratam os projetos das obras, o IDAF executa os licenciamentos ambientais e as empresas de pavimentação rodoviária, contratadas pela SEAG, executam os projetos.

Especificamente no exercício financeiro de 2018 foram investidos (liquidados) aproximadamente **R\$ 40 milhões** através do Programa Caminhos do Campo, divididos em obras, conservação, gerenciamento, novos projetos e sinalização. O total investido no Programa desde 2015 é de cerca de **R\$ 125 milhões**.

Quadro 4: Obras concluídas pelo Programa Caminhos do Campo entre 2015 e 2018.

Município	Objeto	Extensão (Km)
CARIACICA	Estrada de Acesso para Roda D'Água	6,22
MARECHAL FLORIANO	Comunidade de Santa Maria - Comunidade de São Cristóvão	3,45
MARILÂNDIA	Distrito de Sapucaia - Patrimônio do Rádio	2,24
SANTA MARIA DE JETIBÁ	São Sebastião de Baixo - Caramuru - IFES - Santa Maria de Jetibá	17,50
VILA PAVÃO	Entroncamento ES-220 - Distrito de Praça Rica	13,18
VIANA	Jucu - Araçatiba Mamoeiro - BR-101 e Fazenda Pau Lavrado	9,49
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Caxixe – Forno Grande	12,00
BARRA DE SÃO FRANCISCO	ES 381 - Vargem Alegre	10,77
IBATIBA	Acesso à Cambraia, acesso à Córrego Ipê e acesso à Santa Maria	4,01
VARGEM ALTA	Boa Esperança (Divisa Vargem Alta – Rio Novo) – Virgínia Nova	6,14
MANTENÓPOLIS	ES 164 – Distrito de Córrego Alto São José II	10,52
AFONSO CLÁUDIO	ES 264 – Comunidade Pontões	2,69
GOVERNADOR LINDEMBERG	Comunidade Moacir Avidos / Ferragheti / Barra de Novo Brasil / Morello	13,34

Quatro trechos do Caminhos do Campo foram concluídos e inaugurados em 2018, nos municípios de Vargem Alta, Mantenópolis, Afonso Cláudio e Governador Lindemberg. No início de 2019, há dez obras em andamento e outras sete iniciativas para contratação e elaboração de projetos de pavimentação de novos trechos. As conservações de trechos já existentes também estão sendo realizadas, com operações de limpeza, manutenção e tapa-buracos.



Figura 30: Trecho que liga a ES-264 à Comunidade Pontões em Afonso Cláudio inaugurado.



Figura 31: Trecho que liga a ES-164 ao Distrito de Córrego Alto São José II em Mantenópolis inaugurado.

Em outubro de 2018, com a inauguração do trecho ES-245 até as comunidades de Moacyr Avidos, Ferreghetti, Barra de Novo Brasil e Morello, no município de Governador Lindenberg, foi atingida a marca de 1.000 quilômetros de estradas pavimentadas através do Programa Caminhos do Campo, em 130 trechos, desde o início do Programa em 2004. O trecho que completou essa marca recebeu um investimento de R\$ 10,5 milhões para a pavimentação de 13,34 quilômetros.



Figura 32: Em 2018 milésimo Km entregue em Governador Lindenberg.



Figura 33: Em 2018 milésimo Km entregue em Governador Lindemberg.

3.4 PROGRAMA CAMPO DIGITAL

Foi lançado em 2017 o Programa Campo Digital, que vai levar antenas de telefonia móvel e internet 3G para 105 comunidades rurais do Espírito Santo. O investimento total será de R\$ 31,5 milhões e o pagamento às empresas vencedoras será feito por meio de Concessão de Crédito Outorgado de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O objetivo é levar comunicação ao homem do campo para que ele possa, por exemplo, acessar a previsão do tempo, fazer negócios e saber a cotação do café. Todos os municípios do Estado serão contemplados.

As primeiras **50 antenas** de telefonia móvel e internet 3G para as comunidades do interior do Estado já tiveram a instalação concluída em 2018. A operadora que venceu a licitação e fez as instalações foi a VIVO S.A. As localidades que receberam as antenas foram definidas com base em critérios técnicos de serviço e quantidade de população beneficiada.

As demais 55 torres tiveram o edital de licitação publicado novamente, pois no primeiro certame não houve propostas por parte das empresas.



Figura 34: Lançamento do Programa Campo Digital.

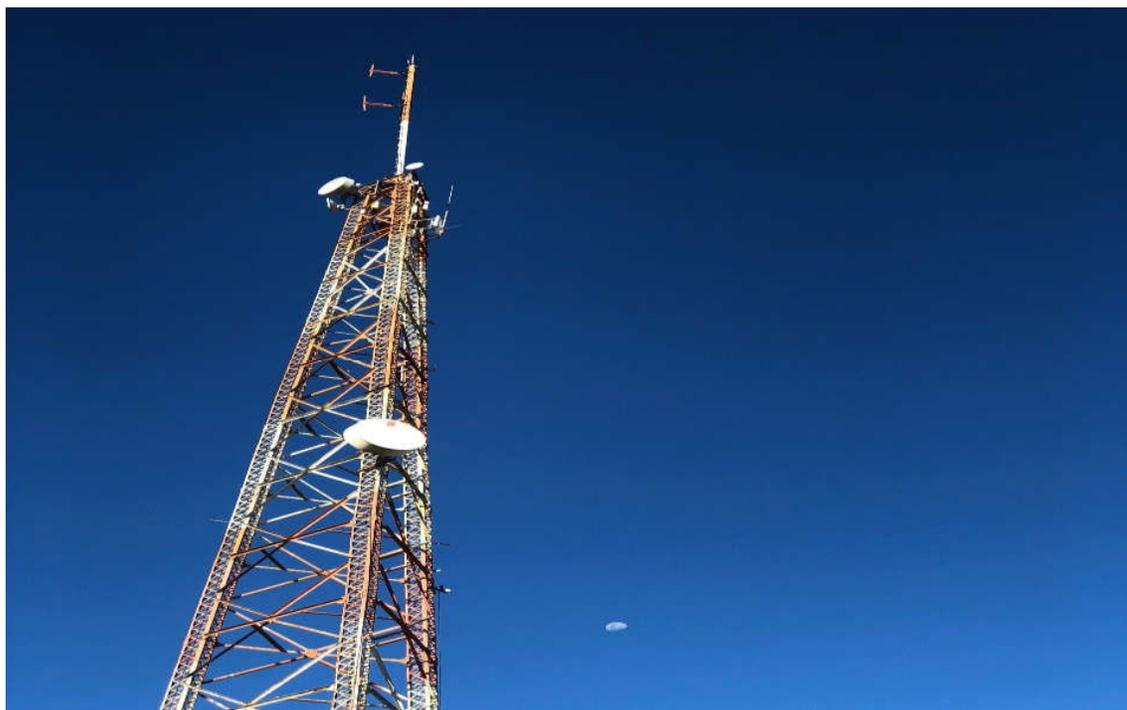


Figura 35: Antena da comunidade de Paul de Graça em Colatina instalada.

3.5 PROGRAMA PONTES RURAIS

Para facilitar o transporte da produção agrícola e o deslocamento de moradores do campo, o Governo do Estado – por meio da SEAG – lançou em 2017 o Programa para a Construção de Pontes em estradas rurais. O Programa é uma atuação conjunta entre o Governo do Estado, os municípios e a bancada Federal, que tem por objetivo disponibilizar vigas de concreto aos municípios para a instalação de pontes em estradas rurais, visando garantir maior segurança para que a população das áreas rurais possa se deslocar e melhor escoar a produção agrícola.

As vigas pré-moldadas de concreto para a instalação das pontes variam de 4 a 12 metros. No meio rural, ao longo do tempo algumas pontes precisaram ser inutilizadas, fazendo com que as pessoas da comunidade tivessem que fazer um percurso maior para se deslocar. Em 2017 e 2018, muitas pontes que eram de madeira foram substituídas por pontes de concreto, com maior alargamento e mais segurança para o fluxo. A melhoria para o produtor rural é evidente, visto que possibilitará o escoamento mais rápido da produção e mais facilidade de locomoção para toda a comunidade.

Em 2017, ao todo foram instaladas **53 pontes**, beneficiando 28 municípios do interior do ES e milhares de pessoas nas comunidades rurais ao entorno. Os investimentos realizados foram cerca de **R\$ 3,8 milhões**. Em 2018 o Programa teve continuidade, com a ordem de serviço para a instalação de mais **68 pontes** em outros 24 municípios, totalizando um novo investimento de aproximadamente **R\$ 6 milhões**.



Figura 36: Ponte instalada em distrito de Domingos Martins.



Figura 37: Ponte instalada em distrito de Governador Lindenberg.



Figura 38: Ponte sobre o Rio São José no Córrego Castelan em São Gabriel da Palha (antes e depois)

3.6 PROGRAMA CALÇAMENTO RURAL

O objetivo geral do Programa é o fornecimento de blocos intertravados (tipo holandês) e meio-fios para pavimentação de áreas urbanas/rurais de todo o estado do Espírito Santo (exceto na Sede dos municípios), em complemento ao Programa Caminhos do Campo, com intuito de dotar estas vias de condições de trafegabilidade para os diversos tipos de veículos que por elas circulam, de forma a garantir boas condições de tráfego durante todo período do ano, com segurança e conforto aos usuários.

Em 2018, 15 municípios foram beneficiados pelo Programa Calçamento Rural, com o fornecimento total de cerca de **80.000 metros quadrados de blocos intertravados e 30.000 metros lineares de meio-fios**. O investimento realizado pela SEAG no atendimento foi de aproximadamente **R\$ 3,9 milhões**, e o Programa terá continuidade com novos atendimentos em 2019.



Figura 39: Blocos e meio-fios entregues em Itarana através do Programa Calçamento Rural



Figura 40: Blocos e meio-fios entregues em lúna através do Programa Calçamento Rural

3.7 PROGRAMA ENERGIA MAIS PRODUTIVA

A tecnificação da cafeicultura, da pecuária de leite e a diversificação das atividades agrícolas proporcionada pela fruticultura e pela olericultura, além da modernização de outras atividades no campo são fatos marcantes no Estado. Essa tecnificação exige reforço de rede elétrica nas propriedades rurais capixabas, especialmente as de base familiar, pois possibilita a ampliação de renda e dinamiza os processos produtivos.

Uma maior capacidade de carga elétrica na propriedade possibilita a aquisição e o emprego de equipamentos que facilitam os tratos culturais, o beneficiamento de produtos agrícolas. Secadores de café, resfriadores de leite, sistemas de irrigação e bateadeiras de cereais, além de diversos equipamentos de uso agrícola movidos a motores elétricos tem demandado maior capacidade de carga elétrica.

Neste sentido, o **Programa Energia Mais Produtiva** tem o propósito de melhorar a oferta de energia elétrica (energia trifásica) para fins de produção

agrícola e agregação de valor aos produtos agropecuários das comunidades rurais capixabas. O objetivo geral do Programa é promover eficiência energética no meio rural, capaz de aumentar a capacidade produtiva do agronegócio capixaba, através da conversão de sistemas monofásicos para trifásico, substituição de centros de transformações de baixa para alta tensão e reforço nas linhas tronco.

Em 2018, **5 projetos foram concluídos** através do Programa Energia Mais Produtiva, beneficiando mais de 200 famílias em comunidades rurais de Conceição do Castelo, Domingos Martins, São Mateus e Serra. O investimento realizado foi aproximadamente **R\$ 500 mil**. A perspectiva para os próximos anos é que o Programa tenha maior disponibilidade de recursos para ampliação dos atendimentos e continuidade das ações dos anos anteriores.



Figura 41: Substituição da rede monofásica para trifásica no distrito de Calogi, no município de Serra.

3.8 AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AQUICULTURA E DA PESCA

O ano de 2018 foi um ano de análise das necessidades do setor pesqueiro e continuidade na execução das ações planejadas, além de um grande passo para o avanço do setor: a criação do Projeto de Lei nº 218/2017 do Fundo de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura, o FUNPESCA. A proposta tem por objetivo prestar o apoio financeiro em programas e projetos de interesse da economia estadual, com a finalidade de promover a evolução tecnológica, a formação profissional, o desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, dentre outros aspectos que concorram para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura de maneira sustentável. O Projeto de Lei encontra-se na Casa Civil, aguardando realização de algumas alterações para sua aprovação na Assembléia Legislativa.

Em 2018, o Comitê Gestor de Desenvolvimento da Pesca, coordenado pela SEAG, realizou uma reunião para alinhamento das ações executadas e o planejamento para 2019. A visão de curto prazo dos atores envolvidos é a construção de uma política estadual de aquicultura e pesca, que seja abrangente, integradora e com os recursos necessários para a sua implementação.

O projeto “Pescando e Avançando”, que consiste em realizar reuniões e palestras com os pescadores sobre educação tributária voltada ao setor, em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, os Núcleos Municipais de Atendimento ao Cidadão – NACs – e o INCAPER, continua apresentando a importância da emissão da nota fiscal pelo dono da embarcação ou pescador autônomo. Em 2018, foi realizada uma destas palestras no litoral norte, em São Mateus. Em 2019 haverá novos encontros, com as principais colônias de pesca do Estado, desta vez com a participação da SEDU, para reiterar a importância da emissão da nota fiscal.



Figura 42: Palestra do “Pescando e Avançando” em São Mateus.

Juntamente com o IFES - Campus Piúma, a SEAG trabalha na mediação entre a Associação de Pescadores da Barra do Riacho e Barra do Sahy com a empresa Estaleiro Jurong S.A., para a elaboração do projeto de renovação da frota pesqueira para atender pescadores desta região, em Aracruz. As embarcações projetadas atendem a modernas características de segurança, ergonomia e economia, capitaneadas por um engenheiro especialista em embarcações do IFES de Piúma. A proposta, ainda, visa um trabalho de extensão pesqueira voltado a alunos de engenharia do IFES e a armadores de estaleiros, ensinando-lhes modernas técnicas de construção de barcos em fibra de vidro. O recurso para este projeto virá de uma condicionante ambiental de instalação do IEMA para o estaleiro Jurong, o qual está dependente da aprovação do Ministério Público Federal.

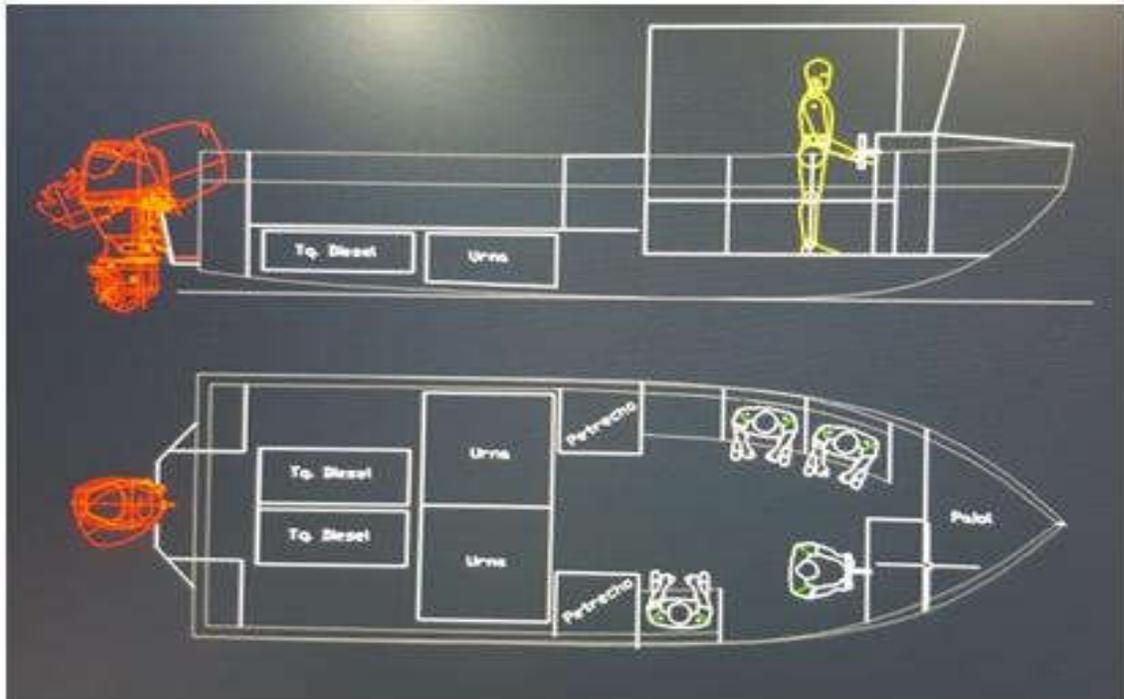


Figura 43: Modelo de embarcação em fibra de vidro, proposto aos pescadores de Barra do Riacho e Barra do Sahy.

Em parceria com INCAPER, IFES Piúma, Secretaria Municipal de Agricultura de Piúma e SEBRAE foi iniciado em 2017 a elaboração de um plano de ação a fim de desenvolver a pesca e a aquicultura no litoral sul do ES. Participam desse plano os municípios de Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Maratáizes e Presidente Kennedy. Em 2018, com a inclusão da SEFAZ como parceira, o referido plano foi expandido para o litoral norte e central, que se consolidou em um plano de ação para desenvolvimento da pesca e aquicultura litorânea e continental para todo o estado do Espírito Santo. Este plano consolidado será a base para a construção política estadual de aquicultura e pesca.



Figura 44: Reunião para a organização do Plano de Ação para Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura Litorânea e Continental para o Espírito Santo, em São Mateus.

Outra ação executada e idealizada pelo INCAPER junto com a SEAG foi a implantação da tecnologia de baixo consumo de água e energia para produção de peixes em sistema de recirculação. Este projeto piloto, que se encontra em fase experimental, foi implantado em parceria com a Fundagres e financiado pela Fundação Banco do Brasil e pela Fundação Renova, para beneficiar a Associação de Pescadores do distrito de Regência em Linhares, que foi afetada pela contaminação do Rio Doce.



Figura 45: Sistema de piscicultura superintensiva no distrito de Regência em Linhares.

A SEAG em 2018 promoveu eventos relacionados aos temas “aquicultura e pesca”, que serviram de base informativa para reforçar sobre a importância da emissão da nota fiscal pelo pescador, orientar sobre medidas de economia e manutenção de embarcações, orientar sobre a piscicultura marinha e de água doce, malacocultura e pesca, esclarecer dúvidas sobre regularização ambiental da aquicultura, financiamento e INSS, orientar sobre o Registro Geral de Pesca e a importância dos Consórcios Intermunicipais. Destacam-se o Seminário de Pesca Marítima de Barra Nova, realizado em São Mateus, o Seminário de Pesca e Aquicultura realizado em Guarapari e o Seminário de Pesca e Aquicultura realizado em Piúma.



Figura 46: Seminário de Pesca em São Mateus.



Figura 47: Seminário de Pesca em Guarapari.

No âmbito dos investimentos em pesquisa, foi firmado um termo de cooperação entre o INCAPER, IFES e FAPES para realização de ações de fomento da pesca e da maricultura no litoral sul do Estado. Além do fomento, a pesquisa experimental também abrange a verificação sobre a situação dos estoques de espécies de camarão de interesse comercial, com investimento total de **R\$ 225.800,00**. Outro recurso de pesquisa captado através da articulação da SEAG foi para a realização do levantamento de informações, através de dados secundários, de captura, aquisição e venda de pescado no Estado. O valor do investimento para execução das ações será de **R\$ 78.200,00**, o qual foi obtido via termo de cooperação entre o IFES e a FAPES.

Na parte de apoio logístico à cadeia produtiva da pesca, a SEAG articulou a transferência e/ou doações dos seguintes itens em 2018:

- Um veículo pick-up para a comunidade de Barra Nova em São Mateus: o veículo é utilizado para apoiar associações pesqueiras do município, na promoção de eventos locais e transporte da produção do público pesqueiro;
- Um trator para a colônia de pescadores de São Mateus: a máquina é utilizada para tracionar embarcações, após a chegada na praia com a produção pesqueira em Guriri.



Figura 48: Trator transferido para Com. Pesqueira.



Figura 49: Pick-up doada para Com. Pesqueira.

Na área de aquicultura, a SEAG articulou a criação do grupo de trabalho envolvendo INCAPER e AGERH, que dinamizou a emissão das outorgas e das dispensas de outorga d'água para o aquicultor, muitas das quais estavam aguardando análise desde 2009. Entre outubro de 2017 e dezembro de 2018, com a ação desse grupo de trabalho, foram emitidas mais de 80 dispensas e/ou outorgas d'água para fins de aquicultura.

Ainda na aquicultura, a SEAG coordena tecnicamente o projeto de aquicultura agroecológica na comunidade quilombola de Divino Espírito Santo em São Mateus, para a produção de peixes e camarões de água doce com fertirrigação de hortaliças. A prospecção para os próximos anos é que o projeto seja expandido para outras comunidades pesqueiras do Estado, inclusive do litoral sul.



Figuras 50 e 51: Fomento à aquicultura agroecológica com fertirrigação de hortaliças em São Mateus.

Outras ações realizadas pela SEAG para o fortalecimento da aquicultura e da pesca são importantes de serem destacadas, tais quais:

- Apoio na adequação da unidade de beneficiamento de pescados de Pedra D'água, em São Mateus. A SEAG realizou orientação técnica e negociação com a prefeitura quanto à instalação dos equipamentos oriundos de emenda parlamentar na referida unidade de beneficiamento;
- Apoio à comunidade pesqueira de Ilha das Caieiras, com a realização de reuniões técnicas a fim de buscar soluções para reduzir o impacto socioeconômico da proibição da pesca de rede na Baía de Vitória;
- Mediação institucional e apoio técnico para obtenção de outorga em águas da União, por meio da cessão de uso de trecho do Rio São Mateus para aquicultura, a fim de beneficiar a Associação de Pescadores de São Mateus, junto com o Programa Redes e o Instituto Votorantim;
- Elaboração de Nota Técnica para o Comitê Interfederativo – CIF – do IBAMA, solicitando à Fundação Renova uma série de ações compensatórias e/ou reparatórias para o desastre no Rio Doce em Mariana-MG, no âmbito da pesca e da aquicultura, para os municípios de Vitória até Conceição da Barra. A SEAG é integrante da Câmara Técnica de Economia e Inovação (CTEI), que dentre outras atribuições, é responsável por gerar notas e orientações técnicas a serem seguidas pela Fundação Renova, na retomada da atividade pesqueira no rio Doce e sua foz.



Figuras 52 e 53: Apoio na adequação da unidade de beneficiamento de pescados em São Mateus.

3.9 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E EMPREENDEDORISMO RURAL

A agroindústria familiar no estado do Espírito Santo se apresenta composta de mais de 1.500 empreendimentos, e se caracteriza com sendo uma atividade de pequena escala, muito desenvolvida principalmente na região centro-serrana, associada ao crescente movimento do agroturismo. Contudo, esta atividade econômica vem crescendo significativamente também em outras regiões, inclusive no norte do Estado.

Neste sentido, a SEAG em 2018 realizou em conjunto com o INCAPER um projeto de melhoria das agroindústrias Produtoras de Beiju de São Mateus e das regiões do entorno. O principal objetivo foi propor alternativas de baixo custo para melhoria das instalações e dos processos produtivos, permitindo a regularização da produção. Uma ação efetiva realizada foi a elaboração do leiaute modelo de casas de farinha e de cartilhas orientativas.

Outra ação realizada pela SEAG foi a instituição de um grupo de trabalho para elaboração de proposta de regulamento técnico de produção, identidade e qualidade do Socol no âmbito do estado do Espírito Santo, que ainda não possui um marco legal estabelecido. A produção de Socol representa grande importância econômica, social e cultural que para o Estado. A previsão é que este grupo conclua até o fim do 1º trimestre de 2019 a referida proposta de legislação para ser apresentada na Assembléia Legislativa.



Figura 54: Registro fotográfico de reunião do grupo de trabalho do Socol.

Outra frente de trabalho foi a instituição da câmara técnica de Apicultura e Meliponicultura do estado do Espírito Santo, cujas cadeias produtivas também representam grande importância econômica, social e ambiental para o Estado. A proposta de existência da câmara é a necessidade de organizar o sistema produtivo capixaba, melhorar a articulação das governanças locais, estimular a pesquisa científica e a transferência de tecnologias, especialmente nas áreas de produção, produtividade, sanidade, genética, bem como das práticas culturais de manejo.

A câmara técnica de Apicultura e Meliponicultura possui os seguintes objetivos:

- Desenvolver ações que visam organizar os sistemas produtivos da apicultura e meliponicultura capixabas de modo a garantir a preservação da melípona capixaba, a sanidade, o fortalecimento e a sustentabilidade dessas cadeias produtivas;

- Desenvolver ações que visam estimular a pesquisa científica, a inovação, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, especialmente nas áreas de produção, produtividade e integração de culturas;
- Identificar os pontos de estrangulamento e as soluções necessárias ao desenvolvimento da atividade no território estadual;
- Promover articulações interinstitucionais para potencializar as ações da Câmara Técnica.

O papel desempenhado pelos produtores em prol da sustentabilidade e desenvolvimento territorial local vem de encontro à oportunidade de integração de diversas outras culturas agrícolas para aumento de produtividade e qualidade na produção. Outro importante resultado esperado é a preservação e multiplicação de enxames da espécie melípona capixaba, abelha endêmica exclusiva do Espírito Santo, que atualmente está na lista dos animais em extinção.

A SEAG também participa do Comitê Gestor da apicultura e meliponicultura, desde 2017, e do grupo de trabalho que irá propor a legislação para regulamentação do mel de abelha sem ferrão no Estado. Somado a isto, enviou representante para participar do XXII Congresso Brasileiro de Apicultura e Meliponicultura, realizado em Joinville-SC em maio de 2018.

Em ações de fomento ao empreendedorismo rural, a SEAG apoiou a realização de palestras e rodas de discussão em reuniões técnicas e seminários de orientação a produtores que comercializam em feiras agroecológicas do Estado. O principal objetivo foi sensibilizar sobre a importância da regularização sanitária dos seus empreendimentos e produtos.



Figura 55: Reunião de sensibilização com produtores agroecológicos de Cariacica.

3.10 PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

A partir de uma iniciativa inédita, a SEAG lançou em 2015 o Programa de Gestão Avançada das Cooperativas Agropecuárias, o PROGESCOOP. Uma parceria entre a SEAG, o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Espírito Santo (OCB/ES) e a Fundação Dom Cabral. O PROGESCOOP possibilitou a implantação do Programa Parceiros para a Excelência (PAEX), desenvolvido pela FDC, em nove cooperativas agropecuárias capixabas. Esta ação irá representar um salto de qualidade nos modelos de gestão das cooperativas. O PAEX contempla a adoção de um modelo de gestão focado na melhoria de resultados e no aumento de competitividade.

No total, o valor repassado para o PROGESCOOP é de R\$ 3,8 milhões, ao longo de três anos (SEAG: 1,5 milhões / Contrapartida da OCB/ES e cooperativas:

2,3 milhões). Mais de 40 mil produtores rurais, a maioria formada por agricultores familiares, serão beneficiados com o Programa, que tem duração de três anos.

A sua operacionalização iniciou em 2016. O PAEX é estruturado por atividades individualizadas por empresa e atividades coletivas, com as seguintes características:

- Atividades coletivas: realizadas fora do ambiente empresarial, com a participação de dirigentes (executivos) das empresas parceiras em conjunto, realizadas por professores da FDC e palestrantes convidados;
- Atividades individualizadas: realizadas nas próprias empresas, conduzidas por um orientador técnico (OT) e professores monitores da FDC.

As atividades coletivas realizadas em 2018 são apresentadas no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5: Atividades Coletivas realizadas em 2018 através do PROGESCOOP.

Data	Título	Palestrante(s)	Local	Carga Horária	Nº Participantes
30/01	I Comitê de presidentes e Encontro de dirigentes - Cenários e perspectivas 2018	Flávia Rodriguez, Durval Vieira de Freitas, Antônio Lanzana, Paulo Vicente	Vitória-ES	8h	43 participantes das 09 cooperativas (Cacal, Cafsul, Clac, Coaabriel, Coocafé, Coopbac, Coopeavi, Selita e Veneza), OCB - SESCOOP ES e SEAG.
08 e 09/03	I Módulo PDD 2018 – Estratégia Organizacional	Rosiléia Milagres	Vitória-ES	16h	38 participantes das 09 cooperativas (Cacal, Cafsul, Clac, Coaabriel, Coocafé, Coopbac, Coopeavi, Selita e Veneza), OCB - SESCOOP ES e SEAG.
03 e 04/04	II Módulo PDD 2018 – Marketing & Comercial	Elton de Mattos Silva	Vitória-ES	16h	43 participantes das 09 cooperativas (Cacal, Cafsul, Clac, Coaabriel, Coocafé, Coopbac, Coopeavi, Selita e Veneza), OCB - SESCOOP ES e SEAG.
07 e 08/06	III Módulo PDD 2018 – Finanças	Itamar Miranda	Vitória-ES	16h	46 participantes das 09 cooperativas (Cacal, Cafsul, Clac, Coaabriel, Coocafé, Coopbac, Coopeavi, Selita e Veneza), OCB - SESCOOP ES e SEAG.
04 e 05/07	IV Módulo PDD 2018 – Gestão de Projetos	Cláudio Luis Carvalho Larieira	Vitória-ES	16h	38 participantes das 09 cooperativas (Cacal, Cafsul, Clac, Coaabriel, Coocafé, Coopbac, Coopeavi, Selita e Veneza), OCB - SESCOOP ES e SEAG.
27/07	II Comitê de presidentes e Encontro de dirigentes	Cláudio Boechat	Vitória-ES	8h	25 participantes das 08 cooperativas: Cacal, Cafsul, Clac, Coaabriel, Coocafé, Coopeavi, Selita e Veneza, e parceiros do

Data	Título	Palestrante(s)	Local	Carga Horária	Nº Participantes
	Sustentabilidade: práticas para resultados				projeto.
31/07 e 01/08	V Módulo PDD 2018 – Gestão de Processos	Pedro Paulo de Melo	Vitória-ES	16h	25 participantes das 09 cooperativas (Cacal, Cafsul, Clac, Coaabriel, Coocafé, Coopbac, Coopeavi, Selita e Veneza), OCB - SESCOOP ES e SEAG.
31/08	III Comitê de presidentes e Encontro de dirigentes Fazendo acontecer: práticas de gestão estratégica	Eustáquio Penido	Vitória-ES	8h	33 participantes das 08 cooperativas (Cacal, Cafsul, Clac, Coaabriel, Coocafé, Coopeavi, Selita e Veneza), e parceiros do projeto.
08 e 09/10	VI Módulo PDD 2018 – Gestão de Pessoas	Paulo Villamarim	Vitória-ES	16h	37 participantes das 09 cooperativas (Cacal, Cafsul, Clac, Coaabriel, Coocafé, Coopbac, Coopeavi, Selita e Veneza), OCB - SESCOOP ES e SEAG.
31/10	IV Comitê de presidentes e Encontro de dirigentes Produtividade: a chave para o crescimento	Flávio Richieri	Vitória-ES	8h	31 participantes das 09 cooperativas (Cacal, Cafsul, Clac, Coaabriel, Coocafé, Coopbac, Coopeavi, Selita e Veneza), e parceiros do projeto.



Figura 56: I Comitê de presidentes e Encontro de dirigentes - Cenários e perspectivas 2018.

As atividades individualizadas realizadas em 2018 foram: Monitoria de Projetos, Monitoria de Pessoas, Avaliação Gerencial Mensal (AGM) e Revisão do Projeto Empresarial (PE). Para revisão do PE, a carga horária total de trabalho individualizado com cada cooperativa foi de 16h; para a Monitoria Projetos, foram mais 20h; para a Monitoria de Pessoas foram mais 20h; para a Monitoria de Processos foram mais 20h; e para a realização das AGMs, foram mais 48h com cada uma.

3.11 LEI DA AGRICULTURA ORGÂNICA

Durante o ano de 2018, a SEAG integrou o grupo de trabalho que ficou responsável pela elaboração da lei que institui a **Política Estadual de Produção Agroecológica e Orgânica – PEAPO**. O objetivo é regulamentar a produção deste segmento no Estado. O Projeto de Lei foi elaborado por um grupo de trabalho composto por membros de diversas instituições, entre elas, SEAG, Ministério da Agricultura (MAPA), Assembléia Legislativa, IFES e Banco do Nordeste. Todas as etapas para a elaboração do Projeto foram amplamente discutidas na Comissão de Produção Orgânica do Estado (CEPORG).

Sancionada em dezembro de 2018, a PEAPO visa contribuir para o desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas com o uso sustentável dos recursos naturais e a oferta de alimentos saudáveis. A PEAPO é fruto de um trabalho realizado desde 2015 junto a entidades e associações ligadas ao setor, em um Encontro Estadual de Agroecologia, e tem como ponto inicial um documento, conhecido como “carta de Santa Teresa”, que estabeleceu algumas diretrizes para o desenvolvimento da agroecologia do Espírito Santo.

Dentre as principais diretrizes estabelecidas no PEAPO estão: a) o uso sustentável dos recursos naturais; b) a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos; c) o fomento à agroindustrialização de base familiar; a promoção do turismo rural; d) a diversificação da produção agrícola; e) o incentivo a pesquisas aplicadas ao tema, dentre outros.



Figura 57: Solenidade de sanção da Lei de Produção Agroecológica e Orgânica.

Neste sentido, o sistema SEAG desenvolve um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento da agroecologia capixaba, atuando em diversas etapas da cadeia produtiva. Atualmente são desenvolvidas ações de estímulo aos processos de transição agroecológica, passando pelas ações de pesquisa e ATER, ações de fortalecimento dos processos de organização e gestão social e ações de apoio à criação de novos e diferenciados canais de comercialização.

3.12 ABERTURA DE NOVOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO: FEIRAS AGROECOLÓGICAS

A realização de feiras agroecológicas e orgânicas em shoppings centers e/ou em espaços com infraestrutura diferenciada, cuja estratégia foi pioneira em todo país, oportunizou grande visibilidade para a agroecologia capixaba, o que resultou em um processo contínuo de difusão do conceito de agroecologia e da alimentação

saudável. A partir de 2015 a SEAG firmou as primeiras parcerias que possibilitaram a inclusão de feiras agroecológicas nestes tipos de espaço.

A realização das feiras agroecológicas nos shoppings, além de agregar conforto e qualidade para consumidores e agricultores familiares, constituem uma poderosa ferramenta de difusão dos conceitos da agroecologia e agricultura orgânica, por serem espaços de grande circulação de pessoas e de grande atratividade para a mídia. As feiras agroecológicas não são apenas um espaço de comercialização de produtos sem agrotóxicos, mas também são ambientes de interação social e cultural, além de ajudar no processo de conscientização dos benefícios de um consumo responsável e saudável.

Atualmente são 24 feiras apoiadas pela SEAG, sendo treze delas em shoppings centers, dez em praças e ruas da região metropolitana da Grande Vitória e uma em um parque botânico urbano, a feira orgânica do Parque Botânico da Vale. O Quadro 6 apresenta as feiras agroecológicas que a SEAG coordena atualmente no Estado.

Quadro 6: Feiras Agroecológicas na Grande Vitória e interior do Estado.

Cidade	Local	Endereço	Dia e Horário de Funcionamento
CARIACICA	Feira de Produtos Orgânicos Praça da Prefeitura	Rodovia BR-262, Km 3,0 - Alto Lage	Quinta-Feira, das 16:00h às 20:00h
	Feira de Produtos Parque Infantil	Praça John Kennedy, Campo Grande	Sábado – das 6:00h às 13:00h
GUARAPARI	Feira Agroecológica do Shopping ExtraCenter	Shopping ExtraCenter - Rua José Alcântara Bourguignon, 90, Muquiçaba	Terça-Feira – das 08:00h as 12:00h
SERRA	Feira de Produtos Orgânicos Serra Sede	Praça Ponto de Encontro, Serra Sede	Terça-Feira – das 15:00h às 21:00h
	Feira de Produtos Orgânicos Valparaíso	Avenida Guarapari – Valparaíso	Terça-Feira – das 15:00h às 21:00h
	Feira de Produtos Orgânicos Bairro de Fátima	R. Olívia Ludgéro – Bairro de Fátima	Quarta-Feira – das 15:00h às 21:00h
	Feira de Produtos Orgânicos do Shopping Laranjeiras	Av. Primeira Avenida, 231 - Parque Res. Laranjeiras.	Quinta-Feira - das 09:00h às 14:00h
VILA VELHA	Feira de Produtos Orgânicos da Praia da Costa	Entre as Ruas XV de Novembro e Henrique Moscoso, embaixo da Terceira Ponte	Sábado – das 6:00h às 13:00h
	Feira Agroecológica do Boulevard Shopping	Boulevard Shopping - Rod. do Sol, 5000, Itaparica	Domingo – das 11:00h às 16:00h
VITÓRIA	Feira de Produtos Orgânicos de Barro Vermelho	Rua Arlindo Brás do Nascimento, atrás da Emescam	Sábado – das 6:00h às 12:00h
	Feira de Produtos Orgânicos da Praça do Papa	Estacionamento da Praça do Papa – Enseada do Suá	Quarta-Feira – das 15:00h às 20h30
	Feira de Produtos Orgânicos de Jardim Camburi	Av. Isaac Lopes Rubim – próximo à Faculdade Estácio de Sá	Sábado – das 6:00h às 12:00h

Cidade	Local	Endereço	Dia e Horário de Funcionamento
	Feira Agroecológica do Shopping Vitória	Estacionamento do Shopping Vitória - Av. Américo Buaiz, 200 - Enseada do Suá	Segunda-Feira – das 16:00h às 20:00h
	Feira Agroecológica do Shopping Victoria Mall	R. Aristóbulo Barbosa Leão, 500 - Mata da Praia	Quarta-Feira – das 16:00h às 20:00h
	Feira Agroecológica do Shopping Centro da Praia	Av. Nossa Senhora da Penha, 570, Praia do Canto	Sábado – das 9:00h às 13:00h.
	Feira Agroecológica do Boulevard Shopping	Av. Nossa Senhora da Penha, 356, Praia do Canto	Quinta-Feira – das 14:00h às 19:00h
	Feira de Produtos Orgânicos do Tiffany Center	Av. Nossa Senhora da Penha, 595, Santa Lúcia	Quarta-Feira – das 10:00h às 16:00h
	Feira de Produtos Orgânicos do Shopping Norte Sul	Av. José Maria Vivacqua Santos, 400 - Jardim Camburi	Terça-Feira – das 15:00h às 20:00h
	Feira Orgânica do Parque Botânico	Parque Botânico da Vale - Av. dos Expedicionários, s/n - Jardim Camburi	Quinta-Feira – das 10:00h às 14:00h
	Feira Agroecológica do Shopping Jardins	R. Carlos Eduardo Monteiro de Lemos, 262 - Jardim da Penha	Terça-Feira – das 14:00h às 19:00h
	Feira Agroecológica Shopping Triângulo	R. João da Cruz - Praia do Canto	Sexta-Feira – das 14:00h às 19:00h
	Feira Agroecológica Shopping Proeng Hall	R. Francisco Generoso da Fonseca - Jardim da Penha	Sexta-Feira – das 14:00h às 19:00h
	Feira Ponto Saúde – Praça da Catedral	Praça Dom Luiz Scortegagna, s/n – Centro	Quarta-Feira – das 14:00h às 19:00h
	Feira Agroecológica Vila Rubim	R. Orlando Rocha - Vila Rubim	Sábado – das 08:00h às 12:00h



Figura 58: Feira Agroecológica Centro da Praia



Figura 59: Feira Orgânica Boulevard da Praia



Figura 60: Divulgação da feira agroecológica no Parque Botânico da Vale.



Figura 61: Feira Agroecológica Centro da Praia



Figura 62: Feira Orgânica Boulevard da Praia



Figura 63: Feira Orgânica do Barro Vermelho



Figura 64: Feira Orgânica do Shopping Victória Mall



Figura 65: Feira Agroecológica no Shopping Vitória



Figura 66: Matéria de TV tratando da produção da Agroindústria Orgânica

No Espírito Santo são produzidas em média três mil toneladas de orgânicos por mês. A produção de outras 10 mil toneladas produzidas por agricultores em fase de transição para o modelo agroecológico. Entre os produtos que se destacam estão hortaliças em geral, frutas, produtos da agroindústria caseira, como pães, biscoitos, bolos, doces e geléias. Flores, plantas medicinais e temperos também são comercializados nos mais de 50 pontos de venda do Estado, entre supermercados, feiras livres e feiras especializadas.

Os produtos comercializados nas feiras agroecológicas são produzidos sem a utilização de agrotóxicos e com base nos princípios da agroecologia, por meio de critérios estabelecidos pela SEAG e pelo Incaper, em consonância com a legislação vigente e com as normas do MAPA. No Espírito Santo, os produtos agroecológicos cada vez mais conquistam mercado e a mesa dos consumidores. São aproximadamente 300 produtores certificados e em processo de certificação, que atuam em vários municípios tradicionais na produção orgânica e agroecológica como Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Iconha, e vem ganhando força e multiplicando iniciativas agroecológicas em municípios como Santa Teresa, Cariacica, São Mateus, Linhares, Fundão, Muqui, Cachoeiro do Itapemirim, Nova Venécia, Pedro Canário e Laranja da Terra.

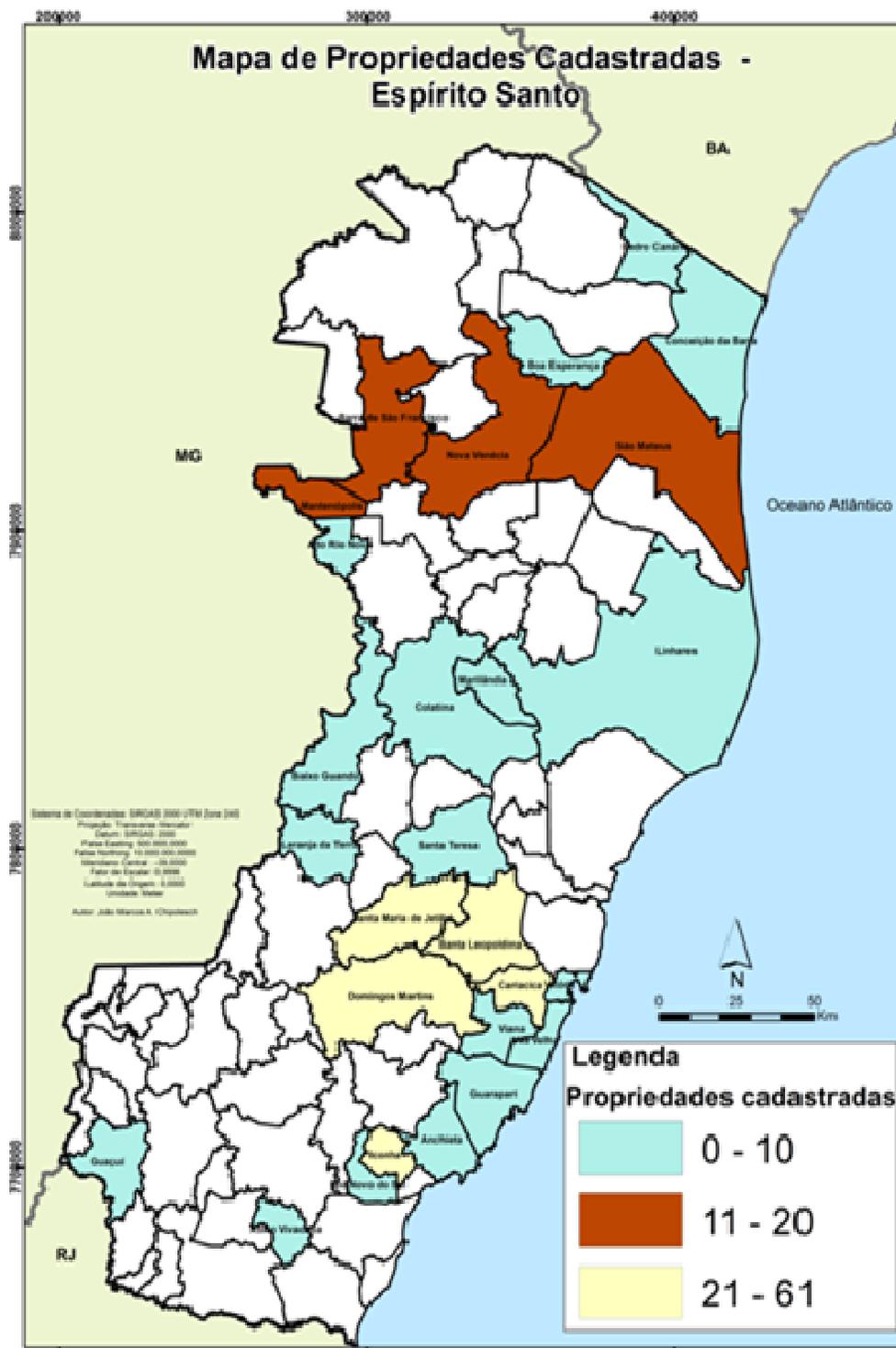


Figura 67: Municípios com propriedades orgânicas cadastradas no Espírito Santo.

As iniciativas de apoio à agroecologia passa pela continuidade das ações desenvolvidas nas etapas da cadeia produtiva, sobretudo aquelas desenvolvidas pelo INCAPER. No que tange especificamente à SEAG, o desafio é interiorizar as feiras agroecológicas e discutir sua implementação em bairros periféricos da Grande Vitória, criando espaços diferenciados para comercialização dos produtos agroecológicos em todas as regiões do Espírito Santo, contribuindo, dessa forma, para criar canais de comercialização e fortalecer a agricultura familiar capixaba.

3.13 RASTREABILIDADE DE PRODUTOS VEGETAIS

A SEAG atuou de forma intensa para garantir a implementação da rastreabilidade de produtos vegetais frescos no Espírito Santo. Instituída pela Portaria Conjunta 001/2017, assinada pela SEAG e pela Secretaria de Estado de Saúde (SESA), a rastreabilidade busca estabelecer segurança alimentar e controle de qualidade dos produtos (sobretudo no que tange ao uso de agrotóxicos), com informações sobre suas etapas de produção, transporte, armazenamento e comercialização, em cada produto hortifrutícola produzido ou comercializado no Estado.

A portaria estabelece a aplicação de etiquetas impressas, ou escritas à mão, com caracteres alfanuméricos, código de barras, QR Code ou qualquer outro sistema que possibilite a identificação de frutas e hortaliças frescas de forma única e inequívoca, no próprio produto, ou em caixas, sacarias e demais embalagens. As informações necessárias são o nome comum da espécie vegetal e a variedade, quando houver, nome do produtor primário (preferencialmente), ou do distribuidor (no caso de lote consolidado), município e estado de origem quando nacional, e o país, caso o produto seja importado.

A obrigatoriedade da rastreabilidade no Estado foi escalonada em dois períodos: maio de 2018 e novembro de 2018. A obrigatoriedade escalonada foi necessária para que o Estado pudesse desenvolver ações de capacitação e formação de técnicos e agricultores para garantir a implementação dos efeitos da portaria. Assim, a SEAG realizou diversas ações de capacitação e formação para

técnicos e agricultores pela SEAG, com o objetivo de capacitar os diversos segmentos para implementação da rastreabilidade.



Figura 68: Capacitação de técnicos do INCAPER



Figura 69: Reunião na CEASA sobre rastreabilidade

Além das ações de capacitação, a SEAG promoveu ainda um amplo processo de divulgação da rastreabilidade na mídia. Foram diversas inserções em programas de TV de abrangência estadual e regional, e também, inserções na mídia impressa. Com objetivo de potencializar estas ações de divulgação e capacitação dos diversos segmentos da cadeia produtiva das FLV (frutas, legumes e verduras), a SEAG integrou diversos grupos de trabalho para a elaboração de materiais de divulgação da rastreabilidade.



Figura 70: Divulgação do tema na Tribuna Notícias e na Internet.

4. ENTREGAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da SEAG, tem disponibilizado às prefeituras municipais, bem como às associações e cooperativas, sindicatos, dentre outras entidades, diversas máquinas e equipamentos agrícolas para uso coletivo, tornando possível um amplo desenvolvimento da agricultura no interior do Estado.

A Gerência de Integração e Suporte Técnico (GISTE) é responsável por analisar as demandas e elaborar os pareceres técnicos referentes a estes atendimentos, certificando se as entidades atendem os requisitos pré-estabelecidos para receber os bens.

Especificamente são veículos utilitários e caminhões, secadores de café, tratores agrícolas, retroescavadeiras, motoniveladoras, barracas de feira, etc.

Em geral, as ações contempladas visam dar condições estruturais ao desenvolvimento rural, fortalecendo as representações de agricultores no apoio aos seus cooperados e associados e as prefeituras municipais em suas políticas de facilitação do trabalho do agricultor, além de facilitar o escoamento da produção.

Nesta linha de ação, a SEAG celebrou parcerias com os segmentos organizados, através de termos de concessão de uso, disponibilizando **487** máquinas / equipamentos no ano de 2018 e contabilizando um investimento total de **R\$ 20.241.119,87***, sendo válido lembrar que, deste montante, cerca de trinta e cinco por cento refere-se à execução de emendas parlamentares consignadas no orçamento da SEAG para 2018. Ressalta-se que grande parte dos municípios capixabas do interior foram beneficiados com máquinas e/ou equipamentos.

Tabela 1: Demonstração dos itens disponibilizados pela SEAG em 2018 com recursos do Tesouro, segundo suas quantidades.

Ação	Objeto	Qtde
MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E COMERCIALIZAÇÃO	Arado fixo para trator 75CV	7
	Balança	5
	Barracas de feira	264
	Batedeira de cereais para trator	2
	Caminhão carroceria de madeira	11
	Caminhão pipa	3
	Caminhão prancha	4
	Caminhão truck basculante	8
	Colheitadeira de forragem	3
	Concha hidráulica para trator	3
	Cultivador rotativo para micro trator	6
	Descascador de café	5
	Enxada rotativa para trator 75 CV	1
	Escavadeira hidráulica	13
	Freezer vertical	1
	Motoniveladora	10
	Perfurador de solo para trator	2
	Pilador de café	2
	Plaina traseira	3
	Retroescavadeira	9
	Roçadeira hidráulica para trator 75 CV	2
	Veículo tipo Furgão	1
	Veículo tipo Pick-up	29
	Veículo tipo Passageiros	3
	Trator Agrícola de 75CV	18
	Micro trator agrícola	12
	Carreta agrícola p/ trator de 75CV	4
	Carreta agrícola p/ micro trator	11
	Grade aradora p/ trator de 75CV	5
	Secador de café	39
	Sulcador simples p/ trator de 75CV	1
	TOTAL DE ITENS ENTREGUES	487
	TOTAL INVESTIDO: R\$ 20.241.119,87*	

* Valor obtido pela soma dos bens adquiridos, pagos e tombados em 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações expostas neste relatório, fica evidenciado pelos resultados apresentados que a SEAG cada vez mais busca investir no sentido de melhorar a qualidade de vida da população rural e reduzir as desigualdades regionais, através da promoção do desenvolvimento sustentável da atividade agrícola no estado do Espírito Santo.

O ano de 2018 apresentou um grande desafio para a Gestão, no sentido de superar os reflexos das condições climáticas severas e as restrições orçamentárias. Contudo, a SEAG tem plena consciência do seu importante papel para que o setor agropecuário continue sendo um dos principais geradores de emprego e renda para a maioria dos municípios capixabas, com grande importância socioeconômica para o Estado.

Mesmo com o Estado vivendo suas crises próprias, como a falta de chuva durante dois anos e meio, onde nossa agricultura ficou muito prejudicada, a SEAG, através de ações criativas, sustentáveis e inovadoras, fomentou a diversificação da produção e a ampliação dos canais de comercialização, aumentando ainda mais a competitividade dos produtos capixabas em um mercado cada vez mais organizado e qualificado.

Por fim, espera-se que o objetivo da transparência tenha sido alcançado com a apresentação deste relatório das ações desenvolvidas pela SEAG em 2018, e que as ações para a continuidade do desenvolvimento do setor agrícola do Espírito Santo sejam conduzidas de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DIO-ES. Diário Oficial do Espírito Santo. Vitória-ES, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano de desenvolvimento “Espírito Santo 2030”. Vitória-ES, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia. Vitória-ES, 2018.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Vitória-ES, 2018.

SEAG. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. Vitória-ES, 2018.



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento,
Aquicultura e Pesca

FICHA TÉCNICA

Organização

Jonas Coutinho Lisboa

Colaboradores

Alejandro Garcia-Prado

Gisela Vivacqua Belotti

Jackson Fernandes de Freitas

Daniel Lucas Prudêncio

Diego Artur Nascimento Souza

Luciano Macal Fasolo

Marcus Mendes de Magalhães

Janaina de Oliveira Muniz Lyra

Patrícia Ferraz do Nascimento

Pedro Barreto Callegario

Pedro Luís Pereira Teixeira de Carvalho

Rainer Renier Bonzano Comper

Ricardo Hao Chiang Mendez

Roberto Carlos Magalhães Leite

Samuel Sena Sant'anna

Winker Denner Rodrigues Mesquita



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Secretaria da Agricultura,
Abastecimento, Aquicultura e Pesca*